

Longuinhos da Silva

**A FORMAÇÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL DOCENTE
NO CONTEXTO DO PLANO DE FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES DO INFORDEPE.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Educação
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Coorientadora: Lúcia Schneider Hardt

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Longuinhos da

A formação sobre a ética profissional docente no contexto do plano de formação dos professores do INFORDEPE / Longuinhos da Silva ; orientadora, Prof^a. Dr^a. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin ; coorientadora, Lúcia Schneider Hardt. - Florianópolis, SC, 2015.

128 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Timor Leste. 3. Ética. 4. Ética profissional. 5. Formação docente continuada. I. Laffin , Prof^a. Dr^a. Maria Hermínia Lage Fernandes . II. Hardt, Lúcia Schneider . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

Longuinhos da Silva

**A FORMAÇÃO SOBRE A ÉTICA PROFISSIONAL DOCENTE
NO CONTEXTO DO PLANO DE FORMAÇÃO DOS
PROFESSORES DO INFORDEPE**

Este (a) Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2015.

Prof^a. Dr^a. Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin
Orientadora PPGE/UFSC

Prof^a. Dr^a. Lúcia Schneider Hardt
Coorientadora

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lourival José Martins Filho
Examinador(a) – UDESC

Prof^a. Dr^a. Leonete Luzia Schmidt- Examinador(a)
Examinador(a) - UNISUL

Prof^a. Dr^a. Doutora Patrícia Montanari Giraldi
Examinadora - UFSC

Prof^a. Dr^a. Eliane Santana Dias Debus
Suplente –UFSC

Á minha família e ao povo do Timor Leste!

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Santíssima Trindade, que me orienta e no sentido de cumprir o mandamento, “Amarás a teu próximo como a ti mesmo” e a Deus que ilumina a mente e me protege na capacidade de escrever e de buscar sucesso neste trabalho de dissertação.

Um agradecimento especial à minha orientadora, professora Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin, que disponibilizou todas as energias, tempos à disposição para atender pela sua incansável paciência, desde o início até a conclusão, pela sua virtude e sabedoria, sua gentileza, sua dedicação e orientação nesta pesquisa.

Às professoras que compuseram a banca de qualificação professora Lúcia Schneider Hardt e, também como coorientadora, às professoras Suzani Cassiani, e Eliane Santana Dias Debus pelas sugestões e encaminhamentos que permitiram a continuidade da pesquisa.

A todos os professores do PPGE que fortificam com os novos conhecimentos durante as disciplinas sobre educação, concepções e políticas de educação integral, formação professores, teorias e políticas de currículo, letramento e literário, seminário de dissertação e estudo individualizado. Assim dedico especialmente minha gratidão aos professores. Juarez Thisen, Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin e Eliane Santana Dias Debus, Rosalva. Maria Cardoso Garcia e Eneida Shiroma que me ajudaram a contribuir n aprofundamento do conhecimento acadêmico e científico.

Agradeço em especial às amigas brasileiras Ana Cristina, Andressa Brandt, Morgana Zardo Von Mecheln e ao amigo Pedro Lopes, que durante as aulas me apoiaram nos trabalhos em grupo, nas apresentações e discussões, e, ao colega Anderson Abreu que me apoiou na sua dedicação com todas as energias na orientação sobre os conceitos filosóficos de ética no contexto desta dissertação.

Um especial reconhecimento ao nosso Governo de Timor Leste mediante o Ministério da Educação que disponibilizou a bolsa de estudo para estudamos no Brasil, por meio no Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH). O muito obrigada aos dirigentes e docentes do INFORDEPE: Doutor Deolindo da Cruz, Doutor Antoninho Pires, Doutor Manuel Magno Atoc, Professora Aurora Assunção Sarmento Quintão e Professora Filomena Tilman Cepeda pela disponibilidade de preencheram os questionários da pesquisa e ao Doutor Agostino Almeida Fernandes que possibilitou o estudo no Brasil, assim como ao

apoio do Adido Luis de Souza Siqueira na gestão de administrativo da bolsa de Timor leste no Brasil.

Para todos os colegas de doutorado e de mestrado timorenses no Brasil, com os quais compartilhei o tempo e estudos na Universidade Federal de Santa Catarina: Agosta Gomez, Victor Brito, João dos Santos, Diogo Xavio, Paulo Mariano, Rosito Quintão, Anselmo Xavier, Alarico Amaral, Imaculada da Conceição Ribeiro, Luis Alves, Venâncio Sarmiento, pela troca de ideias sobre nossos respectivos estudos no Brasil.

Às profissionais, Raymi Link e Hivellyse Rodrigues cuja colaboração neste trabalho foi de grande valia, para torná-lo com uma leitura mais, favorecendo, assim, uma melhor compreensão do seu conteúdo.

Agradecemos também ao meu tio Sebastião da Costa e tia Hermínia Cota Pereira, aos irmãos/irmãs Bencior da Costa, Benjamin da Costa, Maria Mica Regina da Silva, Verdial da Costa, Eugenia Fátima, Jendino Beira da Costa, Peregrinha Relia da Costa, Delia Lurdes da Graça, Florêncio Pereira, que me deram apoio, tanto espiritualmente, como materialmente, pois este estudo faz parte de uma luta que representa para todos nós, o caminho de elevar a educação, como também o apoio para a construção do nosso país e do nosso povo.

E, por último, aos meus familiares: em primeiro lugar, dedico os meus agradecimentos à minha amada esposa Lucia Fátima da Costa e às nossas filhas Líria Mariana Fátima da Silva, Fidelia Fátima da Silva, Janety Michela Fátima da Silva e Cristovania Fátima da Silva. Que forneceram minha ausência durante três anos com o coração sincero, permitindo-me estudar no Brasil por três anos.

E, não me esqueça com as profundezas do coração agradecer também para os meus pais (*in memoriam*) que não conseguiram ver a conclusão desta fase do meu estudo.

RESUMO

A presente dissertação de Longuinhas da Silva investiga a questão da formação continuada, particularmente da competência ética profissional. Mediante esse objeto, apresenta-se o problema da pesquisa. Como se constitui a formação sobre a ética profissional docente no contexto do Plano de Formação dos Professores do INFORDEPE – Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação, no período de 2008 a 2011? O principal objetivo é compreender as concepções de ética profissional docente no âmbito da política de formação docente no contexto do INFORDEPE no período de 2008 a 2011. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa com análise documental e uso de questionários junto a gestores e professores formadores do Instituto e, também, àqueles que atuam com essa formação nos Distritos de Timor Leste. Os principais autores que fundamentam a pesquisa são: Ferreira (2011) e Gusmão (2010) e Lunardi (2014) sobre o processo histórico da educação em Timor Leste e Höfling (2001) na discussão de política pública. Já sobre ética foram fundamentais os estudos de Vasquez (1985), Chauí (1997), Reale (1994), Russ (1997), entre outros e, sobre a ética na formação docente os principais autores foram Freire (2010) Andrade (2006), Kuiuva et al, (2008), Estrela (2003) e Giroux (1997). Como principais contribuições do estudo, destaca-se a possibilidade de documentar os pressupostos e processos envolvidos na formação continuada sobre competência ética, considerando as concepções, os materiais didáticos e as formas de organização pedagógica. Como principais resultados do estudo, destaca-se a possibilidade de documentar os pressupostos e processos envolvidos na formação continuada sobre competência ética, considerando as concepções, os materiais didáticos e as formas de organização pedagógica. Os representantes da administração do INFORDEPE indicaram que a contribuição da formação sobre *ética profissional docente* reside na contribuição para a qualidade de educação e uma vida com base na harmonia, tranquilidade, paz, felicidade e prosperidade. Os formadores do INFORDEPE apontam para uma visão de *ética profissional docente* como regra que regula ou orienta a conduta dos professores ou formam a consciência deles para alcançar a qualidade da educação e promover o profissionalismo dos professores no desempenho das suas funções. E, os formadores dos distritos indicam o sentido de trabalhar no sentido de que os professores possam ser construtores dos saberes, assente no conceito de justiça

social, promovendo a discussão e o respeito às questões de ética, direitos humanos, diversidade e paz.

Palavras-chave: Timor Leste. Ética. Ética profissional. Formação docente continuada.

ABSTRACT

This Longuinhos da Silva's dissertation Investigates the issue of continuing education, professional ethics Particularly competence. Through this object presents the research problem: How is the training of the teaching professional ethics in the context of the training Plan of INFORDEPE Teachers, from 2008 to 2011? Its main objective is to understand the concepts of teaching professional ethics Within the teacher education policy in the context of INFORDEPE the period 2008 to 2011. In terms of methodology it is a qualitative research with documentary analysis and use of Questionnaires to managers and teachers the trainers National Institute for Training of Teachers and Education Professionals (INFORDEPE) and also those who work with this line in the East Timor Districts. The main authors that support the research are: Ferreira (2011) and Gusmao (2010) and Lunardi (2014) about the historical process of education in East Timor and Hofling (2001) in the public policy discussion. Already on ethics were fundamental studies of Vasquez (1985), Chauí (1997), Reale (1994), Russ (1997), among others, about ethics in teacher education the main authors were Freire (2010) Andrade (2006) , Kuiava et al, (2008), Star (2003) and Giroux (1997).

The main results of the study, there is the possibility to document the assumptions and processes involved in continuing education on ethical competence, considering the conceptions, teaching materials and forms of pedagogical organization. The INFORDEPE administration representatives indicated that the contribution of training on teacher professional ethics lies in the contribution to quality education and a life based on harmony, tranquility, peace, happiness and prosperity. The INFORDEPE trainers suggest a vision of teaching professional ethics as a rule that regulates and guides the conduct of teachers or form their conscience to achieve the quality of education and promote the professionalism of teachers in the performance of their duties. And the trainers of the districts indicate the direction to work towards that teachers can be builders of knowledge, based on the concept of social justice, promoting discussion and respect for ethical issues, human rights, diversity and peace.

Keywords: East Timor. Ethics. Professional Ethics. Continuing Education. Teacher training.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Períodos de formação sobre ética no INFORDEPE e número de docentes formados	69
Tabela 2: Nome dos docentes que participaram da formação em cada distrito no Timor-Leste.....	70
Tabela 3: Total de formadores por Distritos no Timor-Leste.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Questionário aplicado aos gestores do INFORDEPE sobre a formação de ética profissional docente	27
Quadro 2 - Questionário aplicado aos formadores do INFORDEPE do campo da ética profissional docente.....	28
Quadro 3 - Questionário aplicado aos docentes dos distritos sobre a formação de ética profissional docente	29
Quadro 4 - A importância de contar uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma competência ética profissional no contexto do Timor	74
Quadro 5 - Tempo de atuação no curso de Ética Profissional.....	80
Quadro 6 - Modo de seleção dos formadores no curso de Ética Profissional.....	81
Quadro 7 - Objetivos da formação da ética profissional no contexto do INFORDEPE.....	81
Quadro 8 - O que significa Ética Profissional.....	84
Quadro 9 - A importância de termos uma legislação que inclua a necessidade de desenvolvimento de uma Competência Ética Profissional no contexto do Timor	86
Quadro 10 - Materiais didáticos utilizados no trabalho na formação docente no contexto do INFORDEPE.....	91
Quadro 11 - Material didático da formação - abril 2011.....	91
Quadro 12 - Material didático da formação - abril 2011	93
Quadro 13 - Material didático da formação - dezembro 2011	94
Quadro 14 - Material didático da formação de 2012.....	96
Quadro 15 - Principais fundamentos teóricos e estudiosos sobre ética da formação.....	97
Quadro 16 - O que significa ética profissional para você?.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APODETI	Associação Popular de Timor
ASDT	Associação Social Democrático de Timor-Leste
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação
CNRT	Conselho Nacional da Resistência Timorese
CONNECTIL	Comissão Nacional da Educação Católica em Timor Leste
CPLP	Comunidade de Países da Língua Portuguesa
FD	Formadores dos Distritos
FI	Formadores do INFORDEPE
FRETILIN	Frente Revolucionário do Timor-Leste Independente
GI	Gestores do INFORDEPE
INFORDEPE	Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação
INFPC	Instituto Nacional de Formação de Professores e Contínuo
IPI-FD	Instituto Pastoral Indonésia-Filial Díli
KOTA	Klibur Oan Timor Aswaim
LDB	Lei de Base da Educação
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PG-UNTL	Pós-Graduação na Universidade Nacional Timor Lorsa
RDTL	República Democrática de Timor Leste
<i>TOT</i>	Training of Trainer
UDT	União Democrático Timorese
UNICEF	United Nations Children's Fund Works for children's rigsts, development and protection (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
UNTAET	United Nations Transitional Administration in East Timor
UNTL	Universidade Nacional do Timor Leste

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 O CONTEXTO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	21
1.2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DESTA PESQUISA	22
2 O TIMOR LESTE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO	31
2.1 A OCUPAÇÃO DE PORTUGAL	31
2.2 O TEMPO DE COLONIZAÇÃO DA INDONÉSIA NO TIMOR (1975 A 1999)	33
2.3 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO TIMOR	36
2.4 APROXIMAÇÕES AO OBJETO DA PESQUISA	44
3 A ÉTICA COMO UM PRESSUPOSTO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE	53
3.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: A ÉTICA DA GRÉCIA ANTIGA À CONTEMPORANEIDADE	53
3.2 A ÉTICA CRISTÃ NA IDADE MÉDIA	54
3.3 A ÉTICA NA MODERNIDADE E ALGUNS DOS SEUS PRECEITOS PARA A CONTEMPORANEIDADE	55
3.4 A ÉTICA COMO UM PRESSUPOSTO DE FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO	57
3.5 A ÉTICA E O EXERCÍCIO DA AÇÃO DOCENTE	63
4 A ÉTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO INFORDEPE	69
4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO INFORDEPE	69
4.2 A FORMAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL NA ÓTICA DOS SUJEITOS	74
4.2.1 Representantes da Administração do INFORDEPE	74
4.2.2 Formadores de Ética Profissional do INFORDEPE	80
4.2.2.1 Os materiais didáticos utilizados na formação de Ética no INFORDEPE	90
4.2.2.2 A organização metodológica na formação continuada sobre ética profissional dos professores no INFORDEPE	98
4.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DOS DISTRITOS	99

5 CONSIDERAÇÕES.....	113
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS.....	127
ANEXO A – CRONOGRAMA.....	128

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CONTEXTO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A formação sobre a ética profissional docente no contexto do Plano de Formação dos Professores do INFORDEPE, no período de 2008 a 2014, constitui tema de investigação da pesquisa que ora apresento nesta dissertação de mestrado no curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina na qual passei a integrar em 2013.

Para compreender a construção da problemática nesta pesquisa, é necessário situar o caminho de minha história até chegar a ela.

Nasci em Alas, no dia 07 de novembro de 1970, no Timor Leste, ainda no contexto da colônia portuguesa. Meu pai era agricultor e minha mãe, dona de casa. Eles tiveram 10 filhos, cinco mulheres e cinco homens. As minhas cinco irmãs casaram e são donas de casa; dos cinco irmãos, três trabalham como agricultores e dois como funcionários públicos. Deles, quatro já casaram e um ainda é solteiro. Sou funcionário público no Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE¹). Entrei na escola primária de Alas em 1981 e terminei, em 1987, no tempo colonial Indonésio; em julho de 1987, continuei os estudos na escola Pré-Secundária de Alas e terminei em 1990. Em 1990, continuei o estudo na escola Secundária Economia de Same (Manufahi) e terminei em 1993. Em 1993, continuei meu estudo na Universidade Católica no “Instituto Pastoral Indonésia-Filial Díli” (IPI-FD) e terminei em 1997, no curso de catequese. Após a conclusão, fui nomeado pelo padre Pároco de Alas para trabalhar como professor de religião na paróquia a partir do mês de janeiro até junho de 1998. Durante esse período, os professores que trabalharam nas escolas são professores Indonésios e alguns Timorenses. que terminaram o estudo na época da ocupação Indonésia. A língua que utilizavam no processo de ensino e aprendizagem é a língua Malaia ou Indonésia.

De julho de 1998 a agosto de 1999, fui para a Indonésia (Flores) a fim de continuar o meu estudo na Universidade STIPAR-Ende-Fores-Indonésia por dois anos, no curso de licenciatura, mas não consegui,

¹ O INFORDEPE é uma instituição pública dotado de autonomia administrativa e científica, sob a tutela do Ministério da Educação do Timor Leste com a função de promover a formação profissional do pessoal docente e de funcionários não docentes do sistema educativo. Foi criado perante a Lei Orgânica n.º. 22/2010, em seu artigo 8.

porque em agosto de 1999 voltei a Timor Leste com o objetivo de participar da eleição que determinava o nosso próprio destino. No Timor Leste, concluí minha formação superior bacharelado em Educação. Depois de participar da eleição e, como resultado o Timor Leste obteve independência. Passei, então, a trabalhar como professor na Escola Pré-Secundária Alas, a partir do mês de janeiro de 2000 até o mês de agosto de 2001, como diretor da escola em que desenvolvia atividades de administração, planejamento e responsabilidade com a organização de pessoal e recursos.

De 2001 a 2008 trabalhei com recenseamento, junto a funcionários estatais acerca dos dados relativos à população, como: identificar problemas sociais em vários setores, planejamento e tomada proposta para resolver os problemas da sociedade. Também auxiliei o administrador do Distrito na realização de tarefas administrativas de apoio ao governo nacional, no contexto do Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território, como administrador do Subdistrito.

Já de 2008 a 2010 passei a trabalhar no Ministério da Educação na Direção Nacional de Formação de Professores com as funções de análise de dados dos professores, a fim de elaborar a proposta de formação dos professores e distribuir os materiais de formação aos formandos e formadores.

De 2011 até o momento, estou vinculado ao Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE) no Departamento da Monitorização e Avaliação, como o objetivo de planejar e implementar a monitorização e Avaliação sobre a formação dos professores em todo o território de Timor Leste.

É a partir do contexto apresentado que situo os objetivos e as questões metodológicas da presente investigação.

1.2 OBJETIVOS E METODOLOGIA DESTA PESQUISA

Para Lenin (1965, p. 148) “o método é a alma da teoria” e para Oliveira (1999, p. 57),

o método é uma forma de pensar para se chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo. Quando queremos ensinar alguma coisa a outra pessoa, o fazemos utilizando um método, que pode ser eficaz ou não. Antes de se estabelecer um método, é necessário que se estabeleça os

objetivos, ou aonde queremos chegar. Somente de posse desses objetivos é que teremos condições de definir um método. Portanto, método é um caminho (conjunto de regras) para se alcançar os objetivos planejados. O termo método tem origem nas raízes: Meth, que significa meta, e dos, que significa via.

Ao situar como foco a questão da formação continuada, particularmente da competência ética profissional, a presente pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa (com uso de elementos quantitativos), bem como exploratórios.

Desse modo, ao buscar o alcance do problema e os objetivos, Severino (2007) traz importantes contribuições ao diferenciar pesquisa quantitativa e qualitativa e metodologia quantitativa ou qualitativa:

Quando se fala de pesquisa quantitativa ou qualitativa, e mesmo quando se fala de metodologia quantitativa ou qualitativa, apesar da liberdade de linguagem consagrada pelo uso acadêmico, não se está referindo a uma modalidade de metodologia em particular. Daí ser preferível falar-se de abordagem quantitativa, de abordagem qualitativa, pois, com estas designações, cabe referir-se a conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas. São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas (SEVERINO, 2007, p. 119).

Ainda é importante considerar a contribuição de Minayo (2010, p. 21) ao afirmar que a pesquisa qualitativa:

[...] se ocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômeno humano é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da

realidade vivida e partilhada com seus semelhantes

A mesma autora apresenta que nessa abordagem há um ciclo de pesquisa: a fase exploratória, o trabalho de campo, a análise e o tratamento do material empírico e documental.

Ainda Severino (2007, p. 123) também situa que a pesquisa exploratória se propõe a “levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto”. Essa caracterização da pesquisa possibilita buscar conhecimentos mais aprofundados para questionar e explorar o objeto investigado.

Tomando como pressuposto o objeto investigado: a questão da formação continuada, particularmente da competência ética profissional, apresenta-se o problema da pesquisa: **Como se constitui a formação sobre a ética profissional docente no contexto do Plano de Formação dos Professores do INFORDEPE, no período de 2008 a 2014?**

Mediante essa problemática, apresenta-se como objetivo geral: Compreender as concepções de ética profissional docente no âmbito da política de formação docente no contexto do INFORDEPE no período de 2008 a 2014. Assim, para o seu alcance situam-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar referenciais teóricos e documentais sobre a ética na formação docente no contexto do INFORDEPE.
- Mapear e analisar documentos de orientação legais, assim como os materiais didáticos do INFORDEPE sobre ética profissional docente.
- Identificar as concepções de ética na formação docente, tanto nos documentos, materiais didáticos, como também na visão dos professores formadores do INFORDEPE e aqueles dos Centros de Formação de Professores das regionais.

Para o alcance desses objetivos, apresentam-se os seguintes encaminhamentos teórico-metodológicos:

- Realizar estudos teóricos e analíticos em relação à ética profissional na formação docente no Timor Leste.
- Estudos em fontes documentais, principalmente os seguintes: Decreto Lei Nº 23/2010 de 9 de dezembro (Estatuto da Carreira Docente); Decreto-Lei Nº 4/2011 de 26 de janeiro, Estatuto do INFORDEPE; Decreto-Lei Nº 14/2008 de 29 de outubro, Lei de Bases da Educação; Lei Nº

8/2004 de 16 de junho sobre O Estatuto da Função Pública; Relatório de Avaliação da Formação Contínua dos Docentes - abril de 2011; Relatório de Avaliação da Formação Contínua dos Docentes - agosto de 2011; Relatório de Avaliação da Formação Contínua dos Docentes - dezembro de 2011;

Desse modo, além da revisão bibliográfica na pesquisa, conta-se com a análise documental. Nesse processo, buscaram-se contribuições de diferentes documentos sobre o objeto pesquisado – a ética na formação docente. Gil (2008, p. 51), indica que na pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Ainda, o autor situa que:

o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Também no processo de levantamento de dados foram aplicados questionários junto a três formadores do INFORDEPE que trabalham sobre ética docente no período de 2008 a 2011 no INFORDEPE, com os gestores: o diretor que estava na gestão anterior (2008 a 2010) e o atual presidente (2011–atual). Ainda, no processo de pesquisa, responderam um questionários dois professores de cada distrito da Região II (Díli) os quais realizam a formação com os professores das escolas. Essa região inclui três Distritos: Aileu, Díli- e Liquiça.

Essa delimitação objetivou aproximar professores formados, bem como aqueles que terão a incumbência e os saberes para formar colegas nos distritos.

Na análise dos dados Formadores, usar-se a seguinte abreviação: FI- Formadores do INFORDEPE; FD – Formadores dos distritos e GI –

Gestores do INFORDEPE. Os nomes são resguardados com o uso de nomes fictícios.

Lakatos e Marconi (2003, p. 201), apontam que o questionário é:

[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, pelo correio ou por um portador; depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

Ainda Lakatos e Marconi (2003, p. 201), apontam vantagens e desvantagens desse instrumento metodológico. Vantagens:

A) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados. B) Atinge maior número de pessoas simultaneamente. C) Abrange uma área geográfica mais ampla. D) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo. E) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas. F) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato. G) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas. H) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador. I) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável. J) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento. L) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

Desvantagens:

A) percentagem pequena dos questionários que voltam. B) grande número de perguntas sem respostas. C) não pode ser aplicado a pessoas analfabetas. D) impossibilidade de ajudar o informante em questões mal compreendidas. E) a dificuldade de compreensão, por parte dos informantes, leva a uma uniformidade aparente. F) na leitura de todas as perguntas, antes de respondê-las, pode uma questão influenciar a outra. G) a devolução tardia prejudica o calendário ou sua utilização. H) o desconhecimento das circunstâncias em que foram preenchidos torna difícil o controle e a

verificação. I) nem sempre é o escolhido quem responde ao questionário, invalidando, portanto, as questões. J) exige um universo mais homogêneo.

Esse questionário foi levado pessoalmente e aguardado o preenchimento, o que evitou as desvantagens apontadas pelas autoras citadas anteriormente. Uma das questões que justificam é de um universo de aplicação mais homogêneo, ou seja todos trabalhavam com a questão formação da ética, mesmo que com papéis diferentes.

O único inconveniente é a questão de que, sim, a leitura das questões pode ter influenciado as respostas de outras, mas entre as vantagens e as desvantagens considera-se que o instrumento melhor se adequava às circunstâncias e ao objetivo da presente pesquisa.

Os gestores do INFORDEPE que preencheram o questionário nesta pesquisa foram: o ex-diretor Antoninho Pires, que atuou entre os anos de 2008 a 2014, ainda no chamado Instituto Nacional de Formação de Profissional e Contínua (INFPC), o qual ainda não apresentava a lei orgânica, por isso os encaminhamentos seguem a proposta da dirigente anterior e 2011. A partir de 2014 assumiu e está até a presente data, o Sr. Deolindo da Cruz presidente do INFORDEPE (Lei orgânica de 26 de janeiro de 2011).

Identificam-se seus nomes para o reconhecimento institucional, mas ao analisar os dados são utilizados nomes fictícios para resguardar a identidade dos participantes, incluindo os gestores.

Para eles, foram encaminhadas e respondidas as seguintes questões voltadas ao Diretor anterior e atual presidente:

Quadro 1 - Questionário aplicado aos gestores do INFORDEPE sobre a formação de ética profissional docente

Dados gerais de identificação pessoal
Qual a importância de termos uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma COMPETÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL no contexto do Timor e em especial no INFORDEPE?
E quais os documentos legais que fundamentam um curso sobre ética profissional docente no contexto do INFORDEPE?
Quais cursos foram ofertados e desde quando são ofertados?
Qual a previsão da oferta desse curso nos próximos anos? Por quê?
Como foi e é organizada a formação no INFORDEPE sobre ética profissional dos professores? (metodologia)
Quantos professores já participaram da formação de ética profissional docente?
Quem são os formadores do(s) curso(s) de ética profissional docente no

INFORDEPE?
Que materiais didáticos são utilizados/fornecidos na formação dos professores?
Qual é a importância e contribuição para o País a oferta de formação sobre Ética Profissional Docente?
Por favor, registre outras questões relacionadas ao tema que você gostaria de situar sobre a ética e ética profissional docente.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Já os professores formadores ² da Ética que trabalham no INFORDEPE, são:

1. Filomena, no tempo colonial Indonésia foi professora e permanece até o presente ano de 2015. Depois de Independência foi para Portugal estudar o nível de licenciatura, mas não conseguiu finalizar. Fez bacharelato no INFORDEPE.
2. Mário, professor já no tempo colonial Indonésia e permanece atualmente.
3. Amélia, no tempo colonial Português e Indonésia, ela foi professora. Permaneceu no tempo português e, atualmente, trabalha no INFORDEPE como formadora. Fez bacharelato no INFORDEPE. Para esses três formadores do campo da ética profissional docente do INFORDEPE foi aplicado o seguinte questionário:

Quadro 2 - Questionário aplicado aos formadores do INFORDEPE do campo da ética profissional docente

Dados gerais de identificação pessoal
O que você entende por ética?
O que significa ética profissional docente para você?
Qual a importância de termos uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma COMPETÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL no contexto do Timor e, em especial no INFORDEPE?
Como você compreende e como se dá Formação dos Professores para a ética profissional?
Como e o que poderia ser diferente na formação dos Professores para a ética profissional?
Quais são os principais fundamentos teóricos e que estudiosos sobre ética que foram ensinados na Formação por você?
Quais os documentos legais que conhece/trabalha sobre ética profissional?
Que materiais didáticos são utilizados no seu trabalho na formação com os

² Nomes fictícios.

professores? Poderia me fornecer uma cópia deles?
Nos estudos que ensina na formação quais são os objetivos da ética profissional dos professores?
Como foi e é organizada a formação no INFORDEPE sobre ética profissional dos professores? (metodologia)
Qual a sua compreensão e conhecimento de língua portuguesa para o ensino da ética profissional docente nessa língua?
Quais as principais dificuldades/desafios em ministrar a temática ética profissional docente?
Qual é a e contribuição e a importância para o País a oferta de formação sobre Ética Profissional Docente?
Você tem a informação sobre quantos professores já fizeram o curso de ética profissional docente no INFORDEPE?
Por favor, registre outras questões relacionadas ao tema de que você gostaria de situar sobre a ética e ética profissional docente.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Ainda, para ampliação dos dados, foram enviados questionários para os professores que atuam como formadores na Região II (Díli) que inclui três Distritos: Díli, Aileu e Liquiça, para saber como ocorre/ocorreu a formação sobre ética na sua região. Para esse professores foi aplicado o seguinte questionário:

Quadro 3 - Questionário aplicado aos docentes dos distritos sobre a formação de ética profissional docente

Dados gerais de identificação pessoal
O que você entende por ética?
O que significa ética profissional docente para você?
Qual a importância de termos uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma COMPETÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL no contexto do Timor e, em especial, no INFORDEPE?
Desde quando você é formador/a do curso de ética profissional docente?
Como foi selecionado/a para ministrar esse curso?
Que formação recebeu para ministrar os estudos sobre ética?
A formação realizada por você no INFORDEPE, possibilita/contribui para desempenhar a sua formação em ética profissional em seu distrito? Em quê? Por quê?
Como você compreende o que e como se dá a Formação dos Professores para a ética profissional?
Como e o que poderia ser diferente na formação dos Professores para a ética profissional?
Quais são os principais conhecimentos e fundamentos teóricos estudados? Quais pesquisadores sobre ética você estudou e ensina na Formação?
Quais os documentos legais que conhece/trabalha sobre ética profissional?

Trabalha esses documentos com os professores do distrito?
Nos estudos que ensina na formação junto aos professores quais são os objetivos da ética profissional dos docentes?
Que materiais didáticos são utilizados no seu trabalho na formação com os professores? Poderia me fornecer uma cópia deles?
Qual a sua compreensão e conhecimento de língua portuguesa para o ensino da ética profissional docente nessa língua?
Quais as principais dificuldades/desafios em ministrar a temática ética profissional?
Qual é a contribuição e a importância para o País a respeito da oferta de formação sobre Ética Profissional Docente?
Você tem a informação sobre quantos professores já fizeram o curso de ética profissional docente no INFORDEPE?
Por favor, registre outras questões relacionadas ao tema de que você gostaria situar acerca da ética e da ética profissional docente.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

2 O TIMOR LESTE E O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

2.1 A OCUPAÇÃO DE PORTUGAL

Timor Leste é uma pequena ilha, localizada na Ásia, entre Austrália e a Indonésia, como se pode observar no mapa a seguir.

Figura 1 - Mapa do Timor Leste



Fonte: <http://www.asia-turismo.com/mapas/timor-leste.htm>. Acessado em agosto de 2014.

Historicamente essa ilha foi colonizada por Portugal durante 450 anos, a partir de 1512 a 1975, com os objetivos de propagar a religião, expandir o território colonial e controlar a riqueza.

Segundo Ferreira (2011, p. 56), ao longo desse período, houve o desenvolvimento de todos os setores mas ainda além do que se deseja, incluindo o setor da educação. Na área de agricultura, as sociedades continuaram a trabalhar com o uso dos próprios sistemas tradicionais, os timorenses sofreram muito, porque existem vários tipos de trabalho forçado, bem como violência. Além disso, os direitos foram violados de acordo com a vontade e a capacidade dos invasores. Por causa desses direitos espezinhados, muitas vezes aconteceram rebeliões em todos os lugares. O primeiro levante ocorreu em Camanasa-Cailaco (1719-1726); e o segundo, em Same-Manufahi (1912-1915), liderada por Dom Boa Ventura e, ainda, há outras rebeliões. Essas situaram as evidências de

que, durante a ocupação, o direito dos cidadãos foi pisoteado pelos colonizadores (FERREIRA, 2011, p. 56).

Por causa desses direitos espezinhados e sofrendo também influência de forças internacionais, particularmente da revolução dos cravos em Portugal com o fim da ditadura nesse país que ocorreu no dia 25 de abril de 1974, o povo timorense aproveita esta oportunidade, buscando defender o seu direito para autodeterminação no sentido de que eles também podem ser livres das amarras dos invasores.

Ao olhar para esta situação, em seguida, alguns dos líderes do Timor Leste realizaram reuniões para discutir o futuro da ilha. Durante essas reuniões, eles formaram vários partidos com finalidades diferentes. Esses se situavam no contexto de contradições, uns pela independência e outros pela manutenção do Timor colônia.

Aproveitando-se dessa situação, os líderes desta pequena província ultramarina Portuguesa fundaram alguns partidos políticos, como: ASDT (Associação Social Democrático de Timor-Leste), que posteriormente adotou o nome de FRETILIN (Frente Revolucionário do Timor-Leste Independente), UDT (União Democrático Timorense), APODETI (Associação Popular de Timor), KOTA (Klibur Oan Timor Aswaim) e o partido Trabalhista. Embora tivessem como objetivo comum a independência da colônia, divergiam quanto à maneira de conquistá-la. O partido FRETILIN, por exemplo, defendia independência imediata do Timor-Leste. Enquanto o Partido UDT desejava permanecer ainda sob o apoio dos portugueses até que o país conseguisse preparar seus recursos. E o partido APODETI, visava à independência por meio da integração com a Indonésia (FERREIRA, 2011, p. 60).

Desse modo, o partido FRETILIN (Frente Revolucionário de Timor Leste Independente), o maior partido que havia com o objetivo de obter a independência, a proclamou em 28 de novembro de 1975, mas essa proclamação da independência não "foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas", (GUSMÃO, 2010, p. 25) já que apenas um grupo de pessoas de Timor Leste faziam parte do Partido FRETILIN.

Em função do movimento não ser reconhecida pelo ONU, aqueles que não queriam a independência fugiram para a Indonésia e fizeram um acordo com os militares da Indonésia, também com outras forças internacionais de apoio à Indonésia, país que invadiu o Timor Leste em 7 de dezembro de 1975. Muitas pessoas sofreram e morreram na época de invasão, cerca de 150.000 a 300.000 (LUNARDI, 2014, p.

36). A partir dessa época, a Indonésia colonizou e controlou a ilha por 24 anos no período de 1975-1999.

2.2 O TEMPO DE COLONIZAÇÃO DA INDONÉSIA NO TIMOR (1975 A 1999)

A saída de Portugal do Timor Leste é uma prova de negligência e abandono de desenvolvimento em todos os setores e com a chegada da Indonésia há a destruição dos setores governamentais de acesso aos direitos civis e da economia, embora, posteriormente, tenha sido reconstruído. Desse modo, não só as áreas, mas o significado e o respeito à própria vida humana, ou seja, homens e mulheres foram destruídos com a própria vida, como descrito acima. Nesse contexto, vale ressaltar a importância dos Direitos humanos, pois foi desrespeitada a cultura, a mentalidade, a religião e toda a riqueza natural e econômica. Essa destruição mostra claramente a questão de uma crise de ética, dos valores e da educação.

Durante esse período, todos os timorenses abandonaram as casas e deixaram todas as propriedades, fugiram e moraram no mato de 1 a 6 anos (1975-1980). Alguns guerrilheiros também moraram no mato durante 24 anos (1975 a 1999), os quais continuaram lutando para conquistar a independência. Nesse contexto, os bens e posses dessas pessoas que se retiraram para o mato foram tomados e explorados por aqueles que apoiavam a integração de Timor Leste com a Indonésia junto aos militares e civis.

Durante a luta pela independência, os líderes formaram estratégias e formaram três grupos para conquistar a independência: aqueles grupos clandestinos, os quais moraram na cidade; o grupo de diplomatas que moraram no exterior e grupos de guerrilheiros que moraram no mato.

Nesse contexto de vinte e quatro anos,

[...] a Indonésia aproveitou o sistema de ensino para a inserção impositiva da língua malaio, por considerar uma parte essencial do processo de 'Indonesiação' da população timorense. A proibição feita pelo Estado do uso da língua portuguesa silenciou a população mais letrada, a elite cultural que era formada por cerca de 20% da população total. Isto acabou por separar gerações, o que atualmente é perceptível entre as famílias, ou seja, a antiga geração fala português e os mais

novos o bahasa indonésio. A língua que permeia todas essas comunicações é o tétum e os dialetos falados nos diferentes sucos. Assim, cada uma dessas línguas faladas e algumas escritas têm associado a si um conceito de identidade cultural, sociedade e valores, apesar do tétum ainda estar a elaborar estruturas gramaticais e lexicais para conseguir expressar o pensamento científico, elaborado e rigoroso que a civilização tecnológica atualmente necessita, tendo em vista a dificuldade da difusão de conhecimentos e da cultura da matriz escrita (THOMAZ, 2008, p. 416).

Mesmo com essa contradição, a Indonésia teve avanços no setor da educação e na formação docente se comparado com o sistema anterior de Portugal no Timor Leste. O progresso pode ser visto nos dados abaixo.

Considerando que menos de 20% formava a elite esclarecida e escolarizada, esses dados representam que a maioria do conhecimento foi totalmente dizimado, facilitando a anexação da Indonésia. A maioria dos professores timorenses que realizavam formação com os indonésios eram docentes do primário, do posto escolar, monitores escolares, monitores auxiliares formados na época final da colonização portuguesa. Em três fases distintas, muitos desses educadores foram os responsáveis por assegurar o ensino primário e, em alguns casos, o 3º ciclo e o ensino secundário, a saber, na colonização portuguesa, na ocupação indonésia, no pós-referendo e na independência do país. O número de professores timorenses foi gradativamente aumentado no período de ocupação indonésia, apesar de a qualidade de ensino ser baixa devido à falta de qualificações adequadas, aos salários baixíssimos e à necessidade de realizar outros trabalhos para sobreviver ou por absentismo. Em 1998/99, dos 6.672 professores primários 78% eram timorenses.

Mesmo com esses avanços ainda se contava com um grande problema – a formação e a qualificação dos docentes, pois a maior parte dos professores não tinha prosseguido a instrução muito além da quarta classe. Além disso, aproximadamente 30% das crianças em idade escolar não chegavam a ser matriculadas, devido à falta de esclarecimento dos pais, principalmente para as meninas, uma vez que as famílias mais pobres não conseguiam pagar as mensalidades, os manuais e os uniformes. Outras relutavam permitir que os filhos fossem educados pelos princípios e pelos valores dos programas indonésios (PNUD, 2002, p. 51). A estrutura curricular imposta pelo governo

militar indonésio durante a invasão estava dividida em quatro níveis de ensino, que foram assim denominados: 1. Nível Primário (SD – Sekolah Dasar), com duração de seis anos; 2. Nível Pré-Secundário (SMP – Sekolah Menengah Pertama), com duração de 3 anos; 3. Nível Secundário (SMU – Sekolah Menengah Umum) e Níveis de Ensino Secundário Profissionalizantes, como SMEA, STM, SPK, SMKK, SPP, SGO, PGA e SPG14 - modalidade de Ensino Secundário para formação de profissionais a fim de atuarem nas diversas áreas, de três a 4 anos). Além disso, o Nível Superior era composto por universidade (4 anos), politécnico (1 a 2 anos) e o instituto ou a academia (2 a 3 anos). Esses níveis de ensino eram os mesmos instaurados nas outras províncias da Indonésia (constituindo-se, assim, em um sistema educacional indonésio) (LUNARDI, 2014, p. 36).

Ainda, para o ensino primário Lunardi (2014, p. 37),

[...] os dados mostram que existiam 47 escolas, 13.500 alunos e 499 professores, no ano letivo de 1976/1977 e 208 escolas, 59.100 alunos e 1.610 professores, no ano letivo de 1979/1980 (JONES, 2003, p.43). Ou seja, cerca de 290 alunos e 10 ou 11 professores para cada escola, em 1976/1977; e 284 alunos e 7 ou 8 professores em cada escola no ano letivo de 1979/1980. Isso acabou por repercutir nos outros níveis de ensino e nesses mesmos anos apenas 3% dos 1.963 professores do 3º ciclo do ensino básico eram timorenses. Em 1999, a taxa de matrícula para o ensino secundário era de apenas 36% entre adolescentes de 12 a 15 anos e no nível superior 20% dos jovens entre 16 e os 18 anos. Diante disso, ouve-se, atualmente, de algumas pessoas que a Indonésia trouxe um grande avanço à Educação do país, porque o número de infraestruturas escolares foi multiplicado. Entretanto, é necessário fazer uma reflexão quanto à maneira como isso foi imposto à sociedade timorense.

Segundo Gusmão (2010, p. 26) em todos os subdistritos foram abertas 107 escolas fundamentais e 35 secundárias. Em 1986, instalou-se a Universidade Aberta e no ano seguinte a Universidade Nacional do Timor Leste (UNTL) , uma instituição Politécnica e um Instituto de Religião organizado pela Diocese da Igreja católica, tendo como ministrantes das aulas padres da Indonésia. Já em 1999, segundo os dados do Ministério da Educação e Cultura, contava-se com 700 escolas

primárias, 120 escola pré-secundárias e 71 escolas secundárias e 10 escolas de nível superior.

O Governo Indonésio construiu rapidamente estruturas em muitas áreas do desenvolvimento: saúde, agricultura, economia, água e saneamento, obras públicas, comunicação e transporte, educação, apoios humanitários e criaram postos de trabalho para todos os cidadãos. Essas estruturas se comparados ao tempo de colonização portuguesa teve avanços. E, assim, o povo Indonésio passa a apoiar a integração com a Indonésia.

No entanto, apesar de todo esse progresso, a luta pelos direitos à independência continuou. A Indonésia além de usar ações de violência física e moral, lançava promessas de mais investimento financeiro no país para a manutenção dessa integração.

Reitera-se nesse processo o que afirma Gusmão (2010, p. 28) que a Indonésia ao criar inúmeras escolas trazia esse processo de aculturação pela expansão da cultura e da língua indonésia e torna o Timor Leste semelhante a outras províncias, procurando acabar com o uso da língua portuguesa e da cultura timorense, a fim de ganhar a confiança do povo timorense e para que não vissem a integração como uma anexação manipulada, mas como um retorno a mãe pátria Indonésia.

Desse modo, ainda Gusmão (2010) situa que o desenvolvimento da educação formal cresceu muito de 1982 a 1998, pois as matrículas da educação primária passou de 13.500 para 150.000 alunos, o ensino pré-secundário aumentou de 315 para 32.000 alunos, a secundária de 64 para 14.000 estudantes. Os estudantes passam a ser vistos, não como timorenses, mas como indonésios via dominação do povo.

2.3 O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO TIMOR

Para estabelecer um estado independente não é fácil, tendo em vista que é o resultado de um conjunto de lutas prolongadas, o que requer uma grande quantidade de vítimas ao derrubar a mente, o corpo e o conjunto das riquezas. Essa situação não só foi atravessada ou experimentada por vários países que já estão livres dos grilhões dos invasores imperialistas neste mundo, mas também foi vivenciado e experimentado pelo povo de Timor Leste. Houve mais de quatrocentos e cinquenta anos sob a ocupação Portuguesa (1512 a 1975), três anos e meio sob a ocupação japonesa no contexto da segunda guerra mundial (1942 a 1945) e vinte e quatro anos sob a ocupação indonésia (1975 a 1999).

O povo de Timor-Leste apesar do cansaço não desanima na luta pelo direito à independência. Essa luta atingiu o ponto culminante em 1999 que, na época, com o processo de libertação da ocupação da Indonésia foi liderado pelo presidente da Indonésia BJ Habibie, que sofre pressão internacional. Segundo Pureza (2001, p. 11), o ponto inicial dessas forças foi especialmente

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, o "efeito CNN" do massacre de Santa Cruz³, (1991) e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta e ao Bispo Belo (1996), bem como o efeito combinado da transição democrática na Indonésia com a profunda crise económica dos dragões asiáticos desde 1997 constituíram oportunidades históricas únicas, sem as quais nenhum progresso jurídico e político teria ocorrido.[...] O ponto de partida foi o massacre de Santa Cruz, cuja cobertura noticiosa pelos meios de comunicação internacional pode ser considerada como um ponto de viragem na internacionalização do caso. Esta segunda fase teve três características fundamentais. A primeira foi uma maior importância atribuída à relação entre a luta dos timorenses pela independência e a luta dos indonésios pela democracia. Este factor projectou o movimento de solidariedade para a Ásia, nomeadamente para países como as Filipinas ou o Japão. A segunda característica foi o alargamento do movimento, com especial incidência nos Estados Unidos, na Austrália e no Japão.

³ O **Massacre de Santa Cruz** em Timor-Leste foi um tiroteio sobre manifestantes pró-independência no cemitério de Santa Cruz em Díli, a 12 de novembro de 1991, durante a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. A maioria das vítimas foram jovens, por isso, depois da independência, passou a ser um feriado, o Dia Nacional da Juventude em Timor Leste. Nesse dia tinha havido uma missa por alma de Sebastião Gomes, um jovem membro da resistência timorense (RENETIL), e havido uma romagem à sua campa no cemitério. Os jovens motivados pela revolta por esse assassinato, manifestaram-se contra os militares da Indonésia com o objetivo de mostrarem o seu apoio à independência do país. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Massacre_de_Santa_Cruz. Acesso em: 01 nov. 2015.

Ainda é importante situar que

Após a invasão, Portugal leva, finalmente, o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, dando origem ao que chamaria a *internacionalização nominal ou formal* da questão de Timor-Leste. Isto é: o problema de Timor-Leste passa a estar na agenda das Nações Unidas (NU), do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral mas, depois dos debates de 1975 e 1976, fica adormecido até meados dos anos 1980, altura em que lentamente começa a reviver, para a partir do massacre de Santa Cruz, ocorrido a 12 de Novembro de 1991, se afirmar claramente, no plano internacional, como um problema real a carecer de solução. No próprio dia da invasão, a 7 de Dezembro de 1975, Portugal escreve ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) declarando-se «incapaz de restabelecer a paz em Timor ou de assegurar que o processo de descolonização seja concluído de modo pacífico e negociado, com respeito pela Carta e resoluções das NU». Portugal pede então uma reunião urgente do CSNU de modo a pôr fim à «agressão militar Indonésia» e permitir que «o processo de descolonização continue sob os auspícios das Nações Unidas». Importa notar que até este momento, até à invasão, Portugal tinha-se recusado a «internacionalizar» o processo de descolonização de Timor-Leste. As Nações Unidas iam sendo informadas da evolução do processo, mas a sua condução continuava nas mãos de Portugal. (GOMES, 2010, p.71/72)

Nesse sentido, a Indonésia situou duas opções ao povo de Timor Leste, como 27ª província a voto, essas opções são "autonomia regional ampla", que continuaram a fazer parte da integração com a Indonésia e, o "referendo" para decidir sobre a opção da independência. No processo de análise das vantagens e desvantagens de cada opção, a maioria do povo de Timor-Leste optou por realizar um referendo. Para realizar este processo de referendo, foi feito por meio de uma organização Internacional - Organizações das Nações Unidas (ONU).

Assim, a ONU enviou uma comitiva Internacional para organizar o referendo, ajudar e executá-lo, o qual se realizou em 30 de agosto de 1999, e seus resultados comprovaram que a maioria do povo de Timor

Leste votou pela independência com os seguintes resultados: 21,5% a favor da integração e 78,5% dos eleitores escolheram a independência do país.

Depois de anunciar os resultados do referendo pela comitiva da ONU, em 4 de setembro de 1999, os grupos Pró-Integração junto aos militares da Indonésia fizeram a destruição de todas as construções e bens culturais, tais como: escolas, edifícios do estado e privado e, também as casas da população, além de mataram muitas pessoas. Mediante a esse contexto, muitos dos sobreviventes fugiram para as matas.

A partir de 20 de setembro de 1999, a ONU enviou forças Internacionais para monitorar, proteger a situação do caos criado pelo grupo Pró-Integração e do próprio sistema militar da Indonésia. Durante as forças de paz da ONU no Timor-Leste, a situação tornou-se mais segura e tranquila. Aproveitando essa situação,

[...] a ONU estabeleceu uma administração provisória neste recém-país, assumindo como representante do Secretário Geral da ONU, o brasileiro Sérgio Vieira de Melo, colaborando com a CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense), até que esse conseguisse realizar a Restauração da Independência, que ocorreu em 20 de maio de 2002 (FERREIRA, 2011, p.71).

Após a restauração da Independência no Timor-Leste, enfrentaram-se muitos problemas, como se afirmou anteriormente, tais como: na educação, da economia, da saúde, da infraestrutura, das águas e saneamento, da agricultura etc. Como afirmou Ferreira (2011), na área de educação, o problema maior situou-se em relação à formação dos professores timorenses:

A falta de profissionais capacitados para exercer a profissão, inclusive professores. Com o resultado do referendo, a maioria não votou em prol da integração com a Indonésia, a maior parte dos professores, principalmente os que trabalhavam no ensino médio e no nível universitário, emigrou para a Indonésia e deixou Timor-Leste sem muitos recursos humanos e sem muitos professores (FERREIRA, 2011, p. 72).

Muitos dos professores timorenses não são qualificados ou não tinham habilitação adequada para a área em que atuavam. No ano de 1999 a 2000, no período de administração transitória UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), imediatamente

após o referendun, praticamente as escolas ficaram paralisadas por cerca de um ano. Devido aos danos da infraestrutunra, houve falta de mobiliários nas escolas, o problema de domínio da língua portuguesa por parte dos professores, a qual no processo de independência passa a ser a língua oficial e permaneceu o *tétum* como língua cultural (GUSMÃO, 2010, p. 29-30). O governo elaborou e legalizou a Lei da Constituição Democrática no artigo 13 de Timor Leste, sobre as línguas oficiais do Timor Leste são as línguas *tétum* e português.

É preciso considerar o fato de o Timor Leste ter escolhido a língua portuguesa como língua oficial do país, além da língua *tétum*. A língua portuguesa foi vista como uma herança, pois nos 24 anos de colônia indonésia, a língua portuguesa foi proibida, mas essa língua era utilizada pelos membros da luta pela independência e pelos guerrilheiros, de modo a usá-la para conduzir à diplomacia com os países estrangeiros na busca de aprovação ou apoio para a independência do Timor Leste.

Esse problema tornou-se maior no domínio da língua portuguesa como língua oficial, pois a maioria dos professores não sabia/sabem falar a língua português:

A escolha de língua portuguesa como língua oficial de Timor Leste, na realidade foi uma escolha de grande desafio. Por que não? Segundo Dom Ximenes Belo (2008, p.4), até 1940, apenas 4 % população falava língua portuguesa, foram os funcionários, os professores e catequistas, os “liurais”, os chefes e os que cursaram a 4ª classe no colégio de Soibada, (GUSMÃO, 2010, p. 35).

Esses professores não dominavam/dominam a língua portuguesa, pois a formação daqueles que fizeram cursos de formação de professores em bacheralatos e licenciatura, anterior à independência se dava na língua indonésia.

Como se sabe, naturalmente como seres humanos, sempre se enfrentam muitos problemas. No entanto, para os problemas do Timor Leste o povo começa a procurar alternativas para resolver em prol da obtenção de um sucesso no futuro, tanto para si e quanto para as gerações futuras. Olhando para os problemas existentes acima, o povo de Timor Leste não se mostra desanimado, mas sempre pensa como pode resolver todos os problemas vivenciados.

Em vista disso, o governo Transitório “[...] passou a buscar apoio financeiro e estratégias junto a países colaboradores, como vistas a

acelerar o desenvolvimento educacional e consequentemente, do país como um todo". (FERREIRA, 2011, p. 73)

Gusmão (2010) afirma que segundo Jordão (2003),

com o esforço de funcionários da educação, alguns professores voluntariamente, a igreja e a contribuição da sociedade foram reabrindo as escolas para atender os alunos, embora em condições muito precárias e sem um padrão de regra formal. Com ajuda da UNICEF, e doações de organismos internacionais, as escolas primárias foram reabilitadas e lentamente reativadas em todos os distritos para atender as crianças de idade escolar. No mesmo ano, com a colaboração da igreja e da sociedade civil, a UNTAET, a UNICEF, e outras agências internacionais, foi estabelecido um grupo de doze timorenses para implementar uma estrutura básica da educação, para facilitar o andamento das atividades do ensino no território. Esse grupo foi ganhando força com a estrutura reconhecida pelo governo transitório UNTAET, chefiado por Sérgio Vieira de Melo, recomendou alguns líderes timorenses como parceiros. O processo foi decisivo quando o padre Filomeno Jacob, SJ, foi eleito como Ministro da Educação, Saúde e Agricultura, em 15 de julho de 2000.

Olhando para todas estas questões, dois grandes países, que para além do elemento político, têm o espírito de solidariedade e passa a ajudar Timor Leste, recém-independente. Esses países são Portugal e Brasil. Portugal quer ajudar porque não quer perder os valores históricos e deixar um legado, que não pode ser esquecido, isto é, como uma ex-colônia. Já o Brasil por sua solidariedade e dominar essa língua. A questão da assistência prestada por esses países, conforme descrito abaixo:

Por uma questão de esquecer/modificar/ressignificar o passado, o povo timorense atravessou grande sofrimento, durante 450 anos sob a colonização Portuguesa. Agora, após a independência, Portugal volta com uma nova visão e missão para ajudar a reconstruir Timor Leste para um país seguro e próspero. Nesta perspectiva, realizou apoio estratégico em vários setores. Na área de educação, segundo o documento *Memorando de Cooperação entre Portugal e Timor-Leste para o Quadriênio* (PORTUGAL; TIMOR-LESTE, 2007/2010, p. 34-35) lê-se:

desenvolver um quadro político, legal e regulamentar apropriado para o setor da educação; Promover um ensino primário universal e de qualidade com ênfase no: incremento da igualdade, acesso e abrangência; aumento do aproveitamento escolar e qualidade em geral; e redução do abandono e reprovação; Acelerar a efetiva reintrodução do Português e do Tétum nas escolas; Racionalizar a disponibilização do ensino superior, e; Desenvolver a capacidade do Ministério para a gestão educacional e a prestação de serviços.

Ainda nesse documento/memorando, não só o programa que está sendo executado, mas ainda continuará no futuro previsível. Em seguida, os dois países entraram em uma cooperação no campo da educação, especialmente na formação dos professores, conforme os objetivos descritos abaixo, como:

contribuir para a melhoria da qualidade do ensino através da formação em exercício de professores; Apoiar a efetiva reintrodução da Língua Portuguesa como língua de instrução a nível nacional; • Apoiar a consolidação da Universidade Nacional de Timor-Leste; • Apoiar a criação de quadros superiores, através da atribuição de bolsas de ensino superior (Ibidem, p.34-35).

Em seguida, o país que ajuda o Timor-Leste além de Portugal é o Brasil, por ser um País que fala a língua portuguesa e ser membro da Comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, foi colonizado por Portugal e apresenta uma experiência próxima à realidade do Timor-Leste.

Em 2002, a República Democrática de Timor Leste (RDTL), como país independente, adotou a língua portuguesa como a língua co-oficial, junto ao tetum, - a mais falada entre mais 20 línguas locais - e procurou a comunidade de Países da Língua Portuguesa (CPLP) para ajudar em projetos de reconstrução do país e, em particular, para reintroduzir a língua portuguesa. O presidente Fernando Henrique Cardoso, quando da visita oficial ao Brasil do Presidente Xanana Gusmão, em 2002, se comprometeu a apoiar, entre outros programas em diferentes áreas, a

educação timorense, prometendo enviar 250 professores a Timor-Leste, 50 por ano (SANTOS, 2004, p. 12).

Com base nesse encontro e compromisso, entre os dois líderes os dois Países, em 20 de maio de 2002, a República Federativa do Brasil e o Timor-Leste firmaram o acordo Básico de Cooperação técnica entre os dois governos. No entanto, o Programa é assinado e firmado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva em 18 de novembro de 2004, mediante o decreto nº 5.274⁴, o qual instituiu o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.

Os primeiros brasileiros que participam da missão em 2004 contavam com um grupo de cinco doutores em educação, especialistas em direito educacional, administração escolar e projetos curriculares dos ensinos fundamental e médio. Houveram diferentes períodos com o avanço dos estudos: 2005-2006, 2007-2008, 2009-2010, 2011-2012 e 2013-2014.

No período de 2008 foi o programa de “Qualificação de docentes e Ensino da Língua Portuguesa” em Timor-Leste (BRASIL, 2008), que contém quatro projetos específicos:

Capacitação de professores de Educação Pré-Secundária e Secundária Procapes; b. Ensino de Língua Portuguesa Instrumental-Elpi; c. Promoção de qualidade no Ensino de Ciências - PQG- Ciências; d. Implantação da Pós-Graduação na Universidade Nacional Timor Lorosa’ PG-UNTL” (FERREIRA, 2011, p. 76).

Em março de 2011, elaborou-se um documento intitulado: ‘ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Programa Qualificação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste’, o qual teve por objeto:

(...) a implementação do Programa "Qualificação de Docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste" (doravante denominado "Programa"), assente em três áreas fundamentais, a saber: a) formação inicial e continuada dos

⁴ Fontes: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5274.htm> e <<http://pqlp.pro.br/historico/>> . Acesso em 5 de nov. 2015.

docentes; b) fomento ao ensino da língua portuguesa; e c) apoio ao ensino superior.

Esse documento institucionaliza a Universidade Federal de Santa Catarina como instituição responsável pela coordenação acadêmica do programa⁵.

2.4 APROXIMAÇÕES AO OBJETO DA PESQUISA

É, neste contexto, que passo a fazer parte de meu vínculo profissional (a partir de 2011) no Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE) no Departamento da Monitorização e Avaliação sobre a formação dos professores em todo o território de Timor Leste, em 2012. Por esse processo de cooperação Timor-Leste/Brasil, já no Timor Leste, o autor participou em 2012 de três cursos com formadores brasileiros: Língua Portuguesa, Matemática e Informática. Já em 2013, ingresso no mestrado em educação da Universidade Federal de Santa Catarina no Brasil com a intencionalidade de estudar a questão da ética na formação docente. Inicialmente, cogitou-se estudar a questão da ética dos docentes e a influência dessa questão na qualidade da educação. Com os avanços dos estudos no Brasil, a questão foi reconfigurada e delimitou-se este projeto de dissertação com foco na formação contínua sobre a ética profissional docente e, para tanto se situa na relação do tema de pesquisa com o processo de independência do Timor Leste.

Na transição para a independência de Timor Leste, visto como um momento muito difícil para estabelecer e manter um sistema de

⁵ O Artigo II, desse documento, indica as seguintes funções do Programa de cooperação: “O Governo da República Federativa do Brasil designa: a) o Ministério de Relações Exteriores (DCE/MRE) e o Ministério da Educação (MEC) como instituições responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar; b) a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) como instituição responsável pela coordenação e execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar; e c) a Universidade Federal de Santa Catarina como instituição responsável pela coordenação acadêmica do programa.” Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2011/ajuste-complementar-ao-acordo-de-cooperacao-educacional-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-da-republica-democratica-de-timor-leste-para-implementacao-do-programa-qualificacao-de-docentes-e-ensino-da-lingua-portuguesa-em-timor-leste>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

educação, mas muitos cidadãos timorenses tentaram, tanto quanto possível, sem dúvida, a democratização política e das ações educativas. Mesmo com a necessidade de ampliação de muitos conhecimentos e da experiência docente, há a busca de melhoria na formação de professores para que esses possam realizar ações de educação e efetivar o processo de ensino e aprendizagem de crianças e jovens de Timor Leste, buscando desempenhar as funções docentes com responsabilidade e ética a que são chamados a exercer.

Nesse processo de independência e no estabelecimento de um sistema de educação ao efetivá-lo como os princípios constitucionais, há a criação de um conjunto de dispositivos legais, a saber: Lei N.º 14/2008⁶, de 09 de outubro Lei de Bases da Educação; Decreto-lei nº 6/2013⁷, de 15 de maio, Lei Orgânica do Ministério da Educação; o Decreto-Lei nº 23/2010⁸, de 9 de dezembro Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente); o Decreto-Lei nº 4/2011⁹, aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE) e o Diploma Ministerial nº 13/2011¹⁰, de 20 de julho sistema de qualificações dos docentes Timorenses para a definição dos termos da sua integração no Estatuto da carreira Docente.

Tais documentos legais são fundamentais para situar/justificar a presente pesquisa. Desse modo, o Governo timorense emitiu o Decreto Lei nº 23/2010, de 09 de dezembro, criando o Estatuto da Carreira Docente.

No mundo da educação, em qualquer país do mundo, sempre se tentou buscar as alternativas para construir e adquirir uma educação de qualidade para a nação. A qualidade da educação não é algo que cresce e aparece, por si só, mas deve passar por um plano de expansão que tem

⁶ Disponível em: http://www.jornal.gov.tl/public/docs/2008/serie_1/serie1_no40.pdf . Acesso em 5 de nov. de 2015.

⁷ Disponível em: <http://www.jornal.gov.tl/?q=node/1021>. Acesso em 5 de nov. de 2015.

⁸ Disponível em: <https://www.ua.pt/ReadObject.aspx?obj=28086> Acesso em 5 de nov. de 2015.

⁹ Disponível em: <http://www.infordepe.tl/legislacao/> > Acesso em 5 de nov. 2015.

¹⁰ Disponível em: <http://www.infordepe.tl/legislacao/> > Acesso em 5 de nov. 2015.

uma orientação clara em direção a um objetivo, que é criar uma sociedade inteligente e cuidadosa para servir a nação e a sociedade. Timor Leste é um país recém-independente, todo o campo da vida humana não é construída a partir do zero, mas por meio de uma expansão do trabalho duro, além de pensadores comprometidos, com uma variedade de tenacidade, determinação e que tenham princípios de ação.

Para atingir o objetivo comum de educação nacional que estabelece no artigo 5.º da Lei de Bases da Educação, é preciso que haja uma regulamentação a fim de organizar, orientar e direcionar todas as partes interessadas no desempenho das funções. Esse arranjo como uma pulseira, que nos une em um princípio de pensamento, de comportamento e de ação. Para concretizar esse princípio, o Governo Timor Leste emitiu o Decreto Lei n.º 23/2010, de 09 de dezembro de 2010, criando o Estatuto da Carreira docente. O princípio e objetivo fundamentais dessa Lei se constitui em:

promover mecanismo de Formação e Avaliação do desempenho dos docentes que garantam a qualidade do sistema de educação e ensino, consagrando os princípios do mérito e da qualificação, assegurada o reconhecimento da experiência adquirida ao longo dos tempos e, garante que todo o docente que exerceu funções anteriormente à entrada em vigor do presente estatuto terão acesso à formação e qualificação para desempenho das funções de elevada responsabilidade que são chamados a exercer: educar e ensinar as crianças de Timor-Leste, preparando o futuro da nação (TIMOR-LESTE, 2010a, p. 4451).

Em sua regulamentação, nesse decreto, o governo também esclarece que a fim de alcançar o nível de educação de qualidade, é necessário pensar sobre a qualidade dos professores, pois a qualidade da educação está intimamente relacionada com a qualidade e com formação dos professores. Essa relação é como os dois lados de uma moeda, em que se pode distinguir, mas não podem ser separados. Há um ditado malaio que diz “se o professor é vermelho produzirá alunos vermelho!”.

Para alcançar a qualidade dos professores, o governo elaborou vários programas de formação, nomeadamente: Formação inicial, Formação contínua e Formação Especializada. Essas diversas modalidades da formação tem como objetivo, conforme divulgado no

parágrafo seis do referido decreto, essa formação é obrigatória ou uma obrigação, em que todos os professores devem participar no desenvolvimento e do aperfeiçoamento dos conhecimentos, habilidades, bem como ter a capacidade de realizar tarefas no processo de ensino e aprendizagem para alcançar a qualidade da educação. Além do objetivo de alcançar a qualidade dos professores e a qualidade da educação, há também outra finalidade, a saber: ingressar, progredir, e aceder na Carreira (artigo 12, Parágrafo 1º. do mesmo decreto). Também busca-se criar mecanismos e procedimentos de controle de qualidade do ensino, delimitar o âmbito de atuação das entidades competentes para a formação docentes e de avaliação de desempenho, além de proporcionar oportunidades aos professores, tanto em nível pré-escolar, ensino básico e secundário para aqueles que não têm os conhecimentos e as habilidades docentes, ainda, desempenhar as suas funções como professor, conforme Artigo 13, da alínea *a* até *e* desse decreto.

Nesse estatuto, o artigo 6º trata do Princípio da obrigatoriedade da formação contínua e intensiva. Tal dimensão, no contexto da legislação, especificamente no Decreto-Lei N° 23/2010, de 9 de dezembro, que trata do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente) em relação à carreira dos docentes é obrigatória a formação para o desenvolvimento do conjunto dessas quatro competências. O quadro de competências para o pessoal docente deve estabelecer um conjunto de capacidades que cada professor desenvolve para a entrada, para o avanço e para o acesso na carreira. As quatro competências são *dominar a língua oficial do país, o conhecimento técnico-científico na respectiva área e grau de ensino, as técnicas pedagógicas e a ética profissional*. O artigo 12 do Capítulo 2 do referido decreto aponta esse conjunto de competências:

1. o Quadro de Competências Obrigatórias do Pessoal Docente estabelece o conjunto de capacidades que cada Docente tem que possuir e desenvolver para ingressar, progredir e aceder na Carreira. 2. o Quadro de Competências Obrigatórias do Pessoal Docente organiza-se nos seguintes sectores do conhecimento: a) domínio das Línguas Oficiais; b) conhecimento técnico-científico na respectiva área e grau de ensino; c) técnicas pedagógicas; d) **ética profissional** (TIMOR-LESTE, 2010a, p. 4453) (Grifos acrescentados).

Dessa forma, entende-se que para o exercício da docência, o professor deve ter um alto grau de conhecimento e possuir formação contínua e, nesse decreto, é preciso alcançar o conhecimento necessário, ao profissionalismo e à experiência. Tendo em vista que, nesse processo, não só são avaliadas essas quatro competências, mas também a prática docente no contexto escolar, em cada local de trabalho e anualmente por meio das chamadas avaliação de desempenho e autoavaliação de acordo com o mesmo Decreto-Lei N° 23/2010.

Ainda o referido decreto no artigo 17 apresenta o que se entende pela exigência da competência ética profissional:

Ética Profissional: para o correto desenvolvimento da ética profissional e deontológica da classe docente, o Quadro Obrigatório de Competências é promovido e avaliado na obediência aos seguintes critérios: a) Respeito e cumprimento dos princípios fundamentais, normas deontológicas e direitos e deveres gerais aplicáveis a todos os funcionários e agentes da administração pública; b) Cumprimento dos direitos e deveres próprios do exercício da docência consagrados no presente Estatuto ou em regulamentação conexas; (TIMOR-LESTE, 2010a, p. 4453) (Grifos acrescentados).

Ainda conta-se no Timor com uma grande herança cultural no que se refere à aplicação de castigos corporais por parte dos educadores, é preciso lembrar o que o decreto situa sobre o relacionamento com os estudantes:

c) Capacidade de estabelecer bom relacionamento com os alunos, encarregados de educação, membros da comunidade e pessoal escolar, de forma a promover a dignidade do Estabelecimento de Ensino e o diálogo e comunicação entre os intervenientes no Sistema de Ensino; d) Capacidade de reconhecer e promover a integração social e escolar dos diferentes hábitos culturais e linguísticos; e) Sentido de justiça, dignidade, independência, não discriminação e bom senso na avaliação dos alunos; f) Promoção do respeito cívico e social pelo Ensino, pela Escola, pelos Docentes e pelos Alunos; g) Capacidade de auxílio na resolução dos problemas de organização da sala de aula e do

Estabelecimento de Ensino; h) Interação com alunos e demais Docentes na autoavaliação dos seus métodos de ensino; i) Capacidade de promover a aprendizagem e formação contínuas; j) Capacidade de promover o civismo e cidadania; k) Respeito pelas Leis do Sistema de Ensino e pelas Leis da República (TIMOR LESTE, 2010a, p. 4454).

Assim, para que os professores possam ter essas quatro competências, o governo formou uma Direção/instituição em 2008, com o nome de Instituto Nacional de Formação de Professores e Contínuo (INFPC) e transformado, posteriormente em 2011 como Instituto Nacional de Formação Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE), que têm a função de fornecer a formação e a capacitação de professores no período 2009/2014. Conforme o Decreto-Lei nº 4/2011 que aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE) situa que os objetivos principais buscam responder ao enorme desafio de requalificação dos docentes em exercício da função, como determina o Estatuto da Carreira Docente. Assim, pretende promover a investigação necessária para melhores práticas no campo da formação docente, desenvolver os currículos de todas as modalidades de formação e de garantir capacidade e melhor oferta educativa, como um direito público e social, subjetivo e constitucional dos timorenses. Pensar a educação e logo a formação de professores como políticas públicas significa entendê-la:

[...] como as de *responsabilidade* do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. E as políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p. 31).

Para o desenvolvimento das políticas do INFORDEPE também esse decreto de criação do INFORDEPE traz em seu artigo 5º, as seguintes atribuições:

desenvolver e aprovar, sem prejuízo da competência própria das demais entidades competentes, os programas curriculares específicos aplicados à formação superior de docentes, através da elaboração de programas curriculares exclusivamente aplicáveis à formação acadêmica ou através de programas curriculares complementares a cursos acadêmicos já existentes, para permitir o acesso à carreira docente; b) Ministrando cursos ou os competentes componentes curriculares dos cursos referidos no número anterior, assim como cursos superiores pós-graduados, designadamente Mestrados e Doutorado, nas áreas da ciência da educação, da formação de docente, da gestão e administração escolar e de inspeção escolar; Assegurar o desenvolvimento e a implementação de programas de curriculares de formação contínua e especializada; Assegurar o desenvolvimento e a implementação dos programas de formação intensivos do regime transitório especial do estatuto da carreira docente, nos termos do quadro obrigatório de competências o pessoal docente; Assegurar o desenvolvimento e a implementação dos programas de formação para docentes orientadores, nos termos da legislação relativa à administração e gestão dos sistemas de educação e ensino; Pesquisar e desenvolver melhores práticas aplicadas desenvolvimento do quadro de competências obrigatórias do pessoal docente; Promover a inovação de desenvolvimento curricular da formação dos docentes; Proceder ao levantamento das necessidades de formação de profissionais da educação e docentes, para definição dos planos de formação; Proceder a monitorização e avaliação dos diferentes programas e cursos de formação de pessoal docente; Auxiliar na definição e implementar os cursos de formação e pós-graduação superior para o pessoal não docente do sector da educação,

designadamente o pessoal dos serviços de inspeção do Ministério da educação, os seus dirigentes, os representantes de cargos de administração e gestão escolar e o pessoal técnico e administrativo (TIMOR-LESTE, 2011).

Mediante essas atribuições, esta pesquisa toma como foco a questão da formação continuada, particularmente da competência ética profissional e no contexto apresentado anterior, situam-se, na sequência, os aspectos teórico-metodológicos da presente investigação.

3 A ÉTICA COMO UM PRESSUPOSTO PARA A FORMAÇÃO DOCENTE

Ao longo da história da humanidade, a ética foi, e ainda é entendida como parte integrante do humano em suas relações. A partir de cada época da história da filosofia, o campo de compreensão foi-se ampliando e adquirindo novos sentidos, isso porque a ética é imprescindível no processo de formação humana, bem como fundamental na formação dos docentes, pois são estes que formam outros. Entendendo isso, este capítulo compreenderá algumas aproximações teóricas a respeito da ética ao longo da história, assim como o exercício junto à ação docente como pressuposto de formação humana para a emancipação.

3.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: A ÉTICA DA GRÉCIA ANTIGA À CONTEMPORANEIDADE

De cada fundador da teoria, seja Platão ou Aristóteles, compreender o tema da Ética depende das convicções, ideologias, valores e, acima de tudo, das crenças religiosas. Isto é, pode-se dizer que a Ética compreende um preceito, ou até mesmo um dogma, quase sempre em outras dimensões, sobre o bem viver.

Para Platão, em sua obra “A República”, a ética deve ter por base a ideia da ordem ou da justa proporção que consiste em equilibrar elementos diversos que desemboquem no mesmo fim. Por exemplo, a justa medida entre o prazer e a inteligência, é por meio deste equilíbrio que as ações humanas atingem o bem comum. O bem na concepção platônica, nesse caso, não são as coisas materiais, mas tudo aquilo que permite o engrandecimento da alma. Desse, segundo o filósofo, o homem ético é aquele que despreza os prazeres, as riquezas e as honras em vista da prática das virtudes (REALE, 1994).

Já para Aristóteles, a Ética está imbricada ao conceito de Política, pois o objetivo estava para além de uma vida feliz, mas a uma vida digna. Nessa direção, haveria uma subordinação da ética à política: “os tratados éticos e os tratados políticos pertencem a um mesmo estudo, classificado como política” (RUSS, 1997, p. 39).

Assim como Platão, Aristóteles também determina uma ideia de práxis humana. Entretanto, na concepção do primeiro é o bem, já para o segundo é a felicidade. A ética platônica tem por finalidade levar o sujeito ao bem, e para que isso aconteça é necessário que o indivíduo despreze os prazeres corporais, bem como a materialidade, e abrace as

virtudes que seriam próprias da alma humana. Diferentemente, embora Aristóteles tenha a compreensão na concepção do mestre Platão, para ele consiste que para atingir a felicidade é necessário estabelecer um meio termo entre os excessos, bem como compreender, de forma individual, o que cada um necessita para ser feliz.

Portanto, por mais que Platão e Aristóteles tenham concepções e finalidades distintas para a práxis humana, ambos propõem meios semelhantes para atingi-las. Com base nisso, bem como compreendendo que o conceito nasce a partir desse contexto filosófico e histórico, a ética é uma atividade do pensamento que a reflita sobre os comportamentos humanos ou teoria que estuda sobre os comportamentos para melhorar a vida no futuro.

Dado isso, a Ética passa ser objeto de estudo, ou teoria fundante, para a compreensão do comportamento humano, tendo diferentes desdobramentos epistemológicos em cada período da história.

3.2 A ÉTICA CRISTÃ NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, a ética nasce da religião, da razão, dos valores morais e das tradições cristãs. A ética na era do cristianismo era dominada pela religião, tendo a igreja como Instituição que fortalece nessa religião as suas missões de transmitir os valores morais e as virtudes. Afirma Vázquez (1985, p. 243) que, “A Igreja como Instituição que vela pela defesa da religião exerce plenamente um poder espiritual e monopoliza toda a vida intelectual”. Segundo o autor, essa religião tem o papel fundamental para a salvação dos homens. A ética, nesse período, nasce da religião e “parte de um conjunto de verdades reveladas a respeito de Deus, das relações do homem, com o seu criador e do modo da vida prático que o homem deve seguir para obter a salvação no outro mundo” (VÁZQUEZ, 1985, p. 244). Nesse contexto, pode-se dizer que a ética cristã tem três aspectos fundamentais, são eles: Deus, Família e Pátria. As relações entre estes três aspectos como relação para a cima (Deus), relação para ao lado (homem) e relação para o baixo (Natureza).

Nesta época, as doutrinas cristãs fundamentadas na prudência, na fortaleza, na temperança e na justiça, ou seja, eram virtudes supremas ou teológicas. A partir disso, para ganhar a vida eterna e cheia de felicidade no futuro, deve-se nos esforçar agora e aqui neste mundo por meio de valores nobres que se pratica. O princípio da ética na idade média, portanto, define que não existe a salvação fora de Deus, gerando uma

relação entre Deus e homens, como criatura e Criador. Deus como fim último de todas as coisas, inclusive dos desejos humanos.

A ética cristã tende a regular o comportamento dos homens com vista a outro mundo (a uma ordem sobrenatural), colocando o seu fim ou valor supremo fora do homem, isto é em Deus. Para Tomás Aquino¹¹, é um bem objetivo ou fim supremo, cuja posse causa gozo ou felicidade, que é um bem subjetivo, sendo para Aristóteles a contemplação e o conhecimento o meio mais adequado para alcançar o fim último.

3.3 A ÉTICA NA MODERNIDADE E ALGUNS DOS SEUS PRECEITOS PARA A CONTEMPORANEIDADE

No século XV, período pós a Idade Média, surge a moral burguesa marcada por extorsão e opressão do homem pelo próprio homem, isso como resultado da expansão do sistema capitalista. A ética moderna traz no seu bojo conceitual o racionalismo. Essa ética, contrária à ética medieval teocêntrica, transformou-se em antropocêntrica, tendo como expressão o filósofo Immanuel Kant.

Com base na história, a ética moderna surgiu e prosperou no seio da sociedade feudal, trazendo mudanças e rápido desenvolvimento econômico. Se fortalece aí, portanto, uma nova classe social – a burguesia – que se preocupa em estender o poder econômico e a luta para impor sua hegemonia por meio de uma séria de revoluções. Nessa nova ordem social, e com a expansão da classe burguesa, extinguiu-se a sociedade feudal e formou-se pequenos Estados.

No campo da religião, aparecem movimentos reformistas que separam a razão da fé ou crença, o governo da igreja e as pessoas de

¹¹ Tomás de Aquino nasceu em 1224/1225, na Itália e morreu em 1274. Foi canonizado em 1323 e nomeado "doutor da Igreja" em 1567. Os pensamentos principais são a realidade material era considerada a fonte primordial de conhecimento científico e mesmo de satisfação pessoal. "Tomás afirma que há no ser humano uma alma única, intrinsecamente unida ao corpo", . "Era uma idéia revolucionária para uma época marcada pelo espiritualismo de Santo Agostinho, que trazia consigo certo desprezo pela matéria". "Segundo Tomás, a inteligência é uma potência espiritual e no ser humano tem dois tipos de conhecimento: o sensível que captado pelos sentidos e o intelectivo que se alcança pela razão. "Tomás nos lega uma filosofia cuja característica principal é uma abertura para o conhecimento e para o aluno". Cada ser humano, segundo ele, tem uma essência particular, à espera de ser desenvolvida, e os instrumentos fundamentais para isso são a razão e a prudência. Esse é o caminho da felicidade e também da conduta eticamente correta.

Deus. Com isso, estabelece-se uma nova compreensão ética e moral, em que os seres humanos, a partir de um novo valor, não são só espirituais, mas também corpóreos, sensíveis, não só dotados de razão, mas também de vontade.

A partir daí, a ética moderna mudou completamente o espírito de teocêntrica para o espírito antropocêntrico, em que o ser humano passa ser o centro dos pensamentos, desejos, vontades. Para a sociedade moderna, a ética adquire novos significados, principalmente com o surgimento de novas tecnologias e, também de novas teorias sobre o universo, passando a ciência influenciar mais diretamente a vida das pessoas, possibilitando, assim, uma compreensão diferenciada das coisas.

Kant teve sua fundamental contribuição para a ética moderna: “Age de maneira que possas querer que o motivo que te levou a agir se torne uma lei universal” (VÁZQUEZ, 1985, p. 250). Nessa afirmação, o filósofo revela um sentido de emancipação ou liberdade humana absoluta, liberdade esta baseada na razão pura e na responsabilidade moral. É com o filósofo que a ética dos tempos modernos adquire uma característica mais individualista, influenciada pela razão humana. Desenvolve-se, então, uma teoria ética inteiramente subordinada à razão, em que o homem é sujeito de seu processo cognitivo e de suas atitudes éticas.

Contrariando a visão cristã sobre a questão da ética, Kant diz que não existe bondade natural, mas se é por natureza egoísta, ambicioso, cruel, agressivo e que, devido a estas atitudes, se é capaz de matar, roubar, mentir. É, justamente, por isso que é preciso do dever, teoria que o filósofo propõe, para se tornarem seres morais (CHAUÍ, 1997).

A teoria do dever ética, tão veemente defendida por Kant, propõe que o conceito ético seja extraído do fato de que cada um deve se comportar de acordo com princípios universais. Kant propôs que os conceitos éticos sejam alcançados por meio da aplicação de alguns princípios e regras, a saber:

(...) qualquer conduta aceita como padrão ético deve valer para todos os que se encontrem na mesma situação, sem exceções; só deve exigir dos outros o que exigimos de nós mesmos; devemos agir de alguma forma que a causa que nos levou a agir possa ser transformada em lei universal (CHAUÍ, 1997, p. 43).

Esses princípios ou regras não estabelecem um conteúdo particular de uma ação, mas determinam uma forma geral de ações morais. Ou seja, o dever nasce da vontade de querer o bem e é sempre fundamentado em princípio ou leis que são universais. A partir disso, com intenção de não esgotar o assunto, mas possibilitar que outras formas de pensar possam atraí-lo, a crítica que se pode fazer a esta concepção de ética tão presente em nosso dia a dia, bem como nos documentos que se fundamentam na dificuldade de alcançar um consenso entre os indivíduos sobre o que é certo e o que é errado. Que princípios universais podem ser válidos para todos? Inclusive aqueles presentes nos cadernos de formação do INFODERPE?

3.4 A ÉTICA COMO UM PRESSUPOSTO DE FORMAÇÃO HUMANA PARA A EMANCIPAÇÃO

Os seres humanos, basicamente, tanto individual quanto coletivamente têm o direito de ser livre, livre das ameaças naturais e das ameaças humanas. A liberdade, psicológica, física social e cultural é inviolável. Por isso, para assegurar e fortalecer essa liberdade não só da consciência humana, é preciso proteger e valorizar mediante a criação das Leis, regras e normas, porque, como ser humano, a consciência tem limitações. Então, como se pode estabelecer ou abordar uma política para a emancipação humana?

Para explicar o que é a emancipação humana e como se esforçam para fazer isso acontecer? Nesse sub-tópico, elaborou-se o conceito de emancipação humana por meio de vários conceitos dos autores, como o seguinte: o primeiro conceito é o Esclarecimento ou o Iluminismo. Ambrosini (2012, p. 380 apud KANT, 2009) formulou o conceito de esclarecimento¹:

(...) é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade, “ é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”. A causa dessa menoridade não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem.

Acrescentando ao que diz o autor, essa minoridade entende como as fraquezas ou a incapacidade, não tem conhecimento científico em todas as áreas do saber para tomar as decisões e superar os problemas cotidianos e transformar as suas vidas, individualmente e coletivamente.

Nesta afirmação do Ambrosini, é ideal e racional, mas, para o autor argumenta que a falta de decisão por causa de menos conhecimento para classificar a esta decisão. Esta decisão tem vantagem para sua vida ou não. O conhecimento para classificar e priorizar algumas decisões é preciso ter conhecimento. Este conhecimento é obtido a partir de estudo científico. Para fazer uma decisão é fácil para cada indivíduo, mas, como se pode tomar uma decisão para se ter benefício para o bem comum dentro de cada indivíduo, é difícil. Por isso, a visão do autor sobre a teoria do Iluminismo é muito importante para a reconstrução de uma sociedade racional e livre, porque essa é uma condição para possibilitar a uma sociedade democrática, mesmo que essa teoria for criticar pelo Adorno.

A visão de Marx, sobre emancipação humana, é descrito por Ambrosini (2012, p. 378), “a categoria emancipação passa a ter um sentido político-social, na perspectiva de transformação das estruturas da sociedade através da organização social do proletariado” (AMBROSINI, 2012, p. 1). A partir dessa afirmação, o autor afirma que não é só transformar as estruturas da sociedade, mas transformar também as mentalidades, caráter, incapacidade ou menos de conhecimento das pessoas dentro dessa organização. Para obter o conhecimento científico e a capacidade intelectual com a orientação de desenvolver e transformar o mundo, mundo do ser humano e o mundo de natureza é preciso estudar no nível da educação mais alto.

Ambrosini (2012) formulou também o conceito de Adorno sobre a emancipação humana. A emancipação humana na perspectiva de Adorno é a emancipação e sua importância para a educação numa concepção crítica da sociedade industrial (AMBROSINI, 2012, p. 1). Nesta afirmação, o autor interpreta como, no campo da industrialização, muitos trabalhadores são recrutados e contratados com salário mínimo e tempo para trabalhar. É uma opressão violenta e psicológica, exploração de direitos e a violação da dignidade humana. Trabalhadores devem ser objeto de todos os sistemas e regulamentos. Para ser livre, é preciso criar uma condição para ter um balanço entre o tempo para trabalhar e o salário que os trabalhadores ganham. Por fim, para o Freire, que traz essa realidade para o latino-americano, o significado da emancipação está para a humanização do oprimido e da superação dos condicionamentos históricos (AMBROSINI, 2012, p. 378).

A filosofia de Immanuel Kant ainda permanece internalizada e implementado no mundo de hoje, o Iluminismo e aprecia a educação como formadora do ser humano.

A filosofia da educação esclarecida prima por fortalecer uma ideia do sujeito-criação do homem por ele mesmo-formar e transformar sua natureza. Para levar a efeito tão grande tarefa, os educadores centram seus esforços na formação moral do indivíduo (MENEZES, 2000, p. 114).

O segundo conceito é o da liberdade, segundo o autor é “fazer um uso público da sua razão em todos os elementos” (AMBROSINI, 2012, p. 380 apud KANT, 2009, p. 11). O que significa esse uso público da razão?

(...) por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito dela faz perante o grande público do mundo letrado. Chamo uso privado aquele que alguém pode fazer da sua razão num certo cargo público ou função a ele confiado (KANT, 2009, p. 12).

Nesse conceito, o autor interpreta que cada indivíduo tem a sua função ou profissão, ou seja, depende da capacidade do conhecimento. Essa capacidade do conhecimento é utilizada pelas organizações não Governamentais ou pelo governo por meio de contrato. Ao desempenhar a função, ele pode utilizar o uso público da sua razão para atender ao público. Dentro de uma organização, há regras, discricção de trabalho para os que assumem um cargo, isto significa que há deveres e direitos que os trabalhadores precisam seguir. E outra explicação, é que dentro da sociedade essas pessoas utilizem o uso privado da sua razão para atender ao bem comum, ou seja, não depende do uso público da sua razão.

O terceiro conceito é o de Moralidade. Para ser livre de qualquer forma de opressão e exploração, é preciso ter a moral. A moral como um elemento mais forte para estabelecer a emancipação ou a liberdade humana. Ambrosini afirma por meio do conceito de Kant,

na moralidade pressupõe-se um sujeito racional que é determinado segundo as leis de natureza², mas que pode agir segundo a representação de uma lei, nesse caso, determinado sua vontade pela razão, sendo dessa forma livre para obedecer à lei moral³. No caso da emancipação, o indivíduo em sua vida privada é determinado por regras, mas em sociedade em quanto cidadão é livre para fazer uso de sua razão e entender sua crítica a tudo que for do interesse geral. A autonomia racional do

sujeito é condição de possibilidade para que se estabeleça a moralidade. A emancipação racional do sujeito dentro de uma coletividade é condição de possibilidade de uma comunidade emancipada.

O quarto conceito é a “Autonomia da vontade”. A autonomia da vontade é uma propriedade inata que serve para a emancipação humana. Conforme Ambrosini afirma, “a autonomia da vontade é aquela sua propriedade graças a qual ela é para si mesma a sua lei (...). O princípio da autonomia é, portanto: não escolher se não de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal” (AMBROSINI, 2012, p. 380 apud KANT, 2009, p. 85).

No que segue, elaborou-se, também, o conceito de emancipação em relação à política. A partir desse conceito, Marx explicou por meio dos Judeus que exerceram a religião e o culto. Ele fez a crítica tanto para a Religião quanto para o Estado. A tese central do Marx é a transformação do Estado cristão em estado racional, o que representaria a emancipação política, mas não humana. Por meio desse argumento, Marx (2006, p. 20), afirmou que:

a emancipação política da religião não é a emancipação integral, sem contradições, da religião, porque a emancipação política não constitui a forma plena, livre de contradições, da emancipação humana. (...) Dessa maneira, o Estado pode ter se emancipação da religião, embora a imensa maioria continue a ser religiosa. E a imensa maioria não deixa de ser religiosa pelo fato de o ser na sua intimidade.

Segundo Ambrosini (2012, p. 82),

o estado é livre, emancipado politicamente, atinge uma universalidade que não elimina as particularidades sociais: propriedade, classe, profissão, religião. Portanto, a emancipação política significa a redução das particularidades que compõe a vida humana (religião, propriedade, profissão, educação) à categoria de sociedade civil. Portanto, o estado é livre, mas o homem não.

O Estado é emancipado, o homem é determinado. A emancipação política do homem não é direta, ela é mediada pelo Estado.

Como já explicado anteriormente, o conceito de emancipação se dá, principalmente, por meio do esclarecimento. Sendo assim, baseia-se no conceito de Immanuel Kant, pois é fundamental ter em vista que a construção de um sujeito racional e livre é condição de possibilidade de uma sociedade democrática. Por meio do processo de ensino e aprendizagem, em que o motivo principal é o saber, é possível constituir essa emancipação humana. Esse saber como força da inteligência que serve para a transformação do sujeito-objeto ou mundo.

Movimento iluminista abrangentemente pensava que a superioridade do homem residia em seu saber o qual seria o único caminho de sua emancipação. Entretanto, o tipo de racionalidade privilegiado pelo desenvolvimento da ciência a partir do século XVIII foi quase que exclusivamente o modelo cartesiano hipotético-dedutivo. Assim, o caminho histórico percorrido pelo sujeito racional, ao contrario da pretendida libertação da humanidade das correntes do obscurantismo, acabaram por reconduzir a tantas outras formas de racionalidade (OLIVEIRA, 2005, p. 6).

Num processo de dominar o mundo, transformar e modificar por meio dos mitos e da racionalidade intelectual. A escola como lugar desta socialização do saber revela a capacidade mais elevada. Ambrosini (2012, p. 384 apud ADORNO, 1995), defende uma educação fundamentada no uso da razão objetiva, na autonomia, na autolegislação.

A transformação social não só é alcançada pelo uso da razão pura, como Immanuel Kant defendeu, mas, principalmente, como justifica Adorno, é pela transformação social, pois assim se alcança o uso do pensamento rigoroso e autônomo como base para a construção de um ser humano emancipado.

A partir destes conceitos, pode-se dizer que a educação para a emancipação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma “auto reflexão”. Segundo Ambrosini (2012, p. 384 apud ADORNO, 1983, p. 121), o conceito de emancipação humana está intimamente ligado ao conceito de sociedade heteronomia:

A sociedade heteronomia é entendida como “um tornar-se dependente de mandamentos, de normas que não são assumidos pela razão própria do individuo”. E ainda neste pagina, o Adorno

argumenta que, a própria organização do mundo é heterônoma, que se converte em ideologia dominante. “Ela exerce uma pressão tão imensa sobre as pessoas, que supera toda a educação” (AMBROSINI, 2012, p. 385 apud ADORNO, 1983, p. 143).

A partir desse conceito, o autor afirmou que ninguém nasce com o conhecimento completo. Todos têm diferentes conhecimentos, por isso as pessoas sábias precisam ensinar a limitação do conhecimento. Por que os que têm limitação, eles não sabem como dirigir a própria vida, transformar e desenvolver para tornar mais qualidade. Por isso não desenvolve a vida só a partir da razão, é preciso também a razão objetiva e coletiva.

A respeito disso, o conceito da emancipação do oprimido é construído por Paulo Freire a partir dos três aspectos dos pensadores que abordaram sobre a emancipação humana moral, política e social. Dentro desta concepção de emancipação defendida por Freire (AMBROSINI, 2012, p. 387 apud FREIRE, 1997, p. 22) há o significado de um processo de humanização. Os homens nascem com uma natureza em que haja conhecimento por meio do processo de crescimento e de desenvolvimento, físico e espiritualmente na fase de adulto, a realidade mostra que os homens sempre brigam, matam, fazem a opressão, a dominação, a exploração e os vários tipos de intimidação. A humanização vem depois de desumanização que os fatos ou a história mostram os homens inconscientes.

O processo de humanização é uma luta, uma aplicação de conhecimento por meio de várias instituições e aplicação dos valores culturais, política e ética. Essa luta traz consequências, por isso é preciso ter a vontade, a coragem-tenacidade – a fortitude, para não se render a essa realidade, afirmou o Ambrosini (2012).

“A desumanização é um fato histórico, a humanização é vocação humana. O homem é projetado para ser mais. Se a ordem existente não possibilita isso, ela não está de acordo com a natureza humana, sendo, portanto injusta”. Por isso, a pedagogia de Paulo Freire é uma *teoria humana*, porque trata sobre as relações entre as pessoas (AMBROSINI, 2012). Desse modo, ninguém ensina sem aprender e vice-versa. Aprender é a primeira fase para que as pessoas descubram os conhecimentos e a emancipação. (AMBROSINI, 2012, p. 387), “Ensinar não é transferir o conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p. 25).

3.5 A ÉTICA E O EXERCÍCIO DA AÇÃO DOCENTE

Uma vez estabelecido uma significação e a reflexão adequada ao termo “ética”, segue-se destacando-a ser pressuposto da ação docente. Durante todo este capítulo da dissertação, compreendeu-se que a ética é a defesa de um caminho pelo qual se busca a essência reflexiva sobre diferentes comportamentos, em especial o exercício do professor.

Desse modo, não há julgamento ou tomada de posição em relação ao ser docente, mas um levantamento de questões que direcionam o pensamento reflexivo sobre a ética no exercício da ação docente. Considera-se, também, que não se visa à necessidade de determinar uma conduta ética docente que pretenda servir de espelho ou contraponto a uma conduta moral tanto dos docentes quanto dos discentes; como, por exemplo, o expressado na seguinte citação:

a escola é uma atividade social onde ações morais são realizadas e discutidas diariamente diante de cada nova situação . Os professores se deparam com situações controversas e suas ações diante delas são formas de moral . Tais ações necessitam de uma discussão mais profunda e refletida . Esse é o papel da ética docente . Uma reflexão sobre a ação docente de cada dia que , em seu conjunto reflete uma prática moral. E essa prática carece de definição, de reflexão e de sistematização . Pois somente a partir de uma discussão aprofundada e refletida sobre nossas ações , seremos capazes de emitir juízos éticos (e não apenas morais) sobre a ação docente e , conseqüentemente, sobre os valores da educação . Isso permite a visualização de uma ética docente baseada em princípios comuns, nas exigências e demandas sociais e nos meios adequados para alcançá -los (ANDRADE, 2006, p. 52).

Nesse sentido, ação docente pode-se ocupar, também, com a discussão de problemas do cotidiano, em especial daqueles que circundam a atividade do professor, com o ensejo de aperfeiçoamento, bem como da melhoria da educação. Portanto, a ética no exercício docente baseia-se na consciência da capacidade que o professor tem em usar seu pensamento de forma criativa e não como mero reproduzidor de ideias.

Corroborando a isso, segundo Giroux (1997), pensar uma ética para o exercício docente é considerar os professores como intelectuais transformadores.

Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante ideia de que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento. Nenhuma atividade, independente do quão rotinizada possa se tornar, pode ser abstraída do funcionamento da mente em algum nível. Este ponto é crucial, pois ao argumentarmos que o uso da mente é uma parte geral de toda atividade humana, nós dignificamos a capacidade humana de integrar o pensamento e a prática, e assim destacamos a essência do que significa encarar os professores como profissionais reflexivos. Dentro deste discurso, os professores podem ser vistos não simplesmente como “operadores profissionalmente preparados para efetivamente atingirem quaisquer metas a eles apresentadas. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens” (GIROUX, 1997, p. 178).

Em um país que busca sua reorganização, o professor tem o direito e a obrigação de participar de diversos programas de formação, para melhorar o seu trabalho e aprimorar os conhecimentos.

Se não há mais uma essência imutável a partir do qual o sujeito se forma e, se tal sujeito não se forma mais de uma única vez e de modo definitivo, então se trata de pensar a ideia de uma formação permanente e, associada a ela. A ideia de que o próprio profissional precisa se atualizar constantemente, fato este que exige dele colocar-se na posição de uma permanente aprendizagem (KUIAVA et al, 2008, p. 54).

Conforme Amoedo (2007, p. 89), hoje se vive a pós-qualidade, busca e enfatiza a qualidade ética. Diz ele que a “Exigências ética agora não é apenas por produtos ou serviço de qualidade, mas também de natureza ética” e “ter competência ética é agir, se comportar de acordo

com os princípios, com os valores de forma alinhada” (SCHULZ, 2010, p. 6).

O sistema educativo e seus professores têm as suas responsabilidades morais para educar as crianças. Para realizar esta responsabilidade em seguida, o professor deve ter três competências básicas, são elas de acordo com Schulz:

a. competência cognitiva, isto é, ter domínio no âmbito do conhecimento, tem as informações e conhecimentos necessários que envolvem e demandam as profissões. No caso da docência, ter domínio sobre a área do saber que é objeto da sua docência. b. Competências técnica, é a capacidade da realização, do fazer as coisas bem feito; não é só saber, mas saber fazer. No caso da docência, podem ser entendidos todos os aspectos didáticos. c. competência ética,- o que se entender por competência ética? Perrenoud (2000), quando trata das competências da docência, ele a relaciona entre as dez que aponta, “enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão”.

O processo de aprendizagem é uma atividade humana que não tem fim e se dá de acordo com a própria existência do ser humano. Se as pessoas querem saber, e querem saber mais, tanto quanto possível, em seguida, ele deve aprender. Aprender é a chave para se tornar sábio. Nessa dimensão, ao buscar a profissionalidade docente, os docentes tomam a atividade de sempre aprender, como uma obrigação e direito fundamental. A partir desse argumento Schulz (2010, p. 6), situa que:

já profissionalização tem a ver com a formação, com o prepare, seja inicial ou continuado, com a qualificação para o exercício de uma profissão, o estudo, a experiência, tudo aquilo que vem agregar para o exercício de um trabalho com profissionalismo. Se a docência é uma profissão, esta precisa ser aprendida, ninguém nasce professor, aprende-se ao longo do exercício e estudo e, sobretudo, num mundo em constantes mudanças é preciso sempre aprender. Quer-se então destacar a questão ética como um componente nesse processo da profissionalização, ou seja, da formação ética.

Como se dá ou de que forma se aprender ser ético? Como ocorre a formação ética? Na política de formação ética para os docentes, há dois conceitos que são fundamentais. Esses dois conceitos situam-se como novos paradigmas para melhorar a competência ética dos professores em relação ao desempenho na escola e no processo de interação com a comunidade, à medida que os docentes têm as capacidades de decidir. Nesse sentido, é melhor não só aprender sobre a teoria da ética, mas praticá-la na ação. Aprender para saber e saber para praticar. A prática é o critério da verdade.

Assim, entende-se que a formação baseia-se em um princípio primeiro que é a razão a “Razão como único critério” (SCHULZ, 2010, p. 8) e segundo Felipe (2007, p. 174),

(...) razão, linguagem e pensamento têm sido, desde Aristóteles, características essenciais aceitos pela filosofia moral para estabelecer a linha divisória que define quem pertence à comunidade moral e têm direitos morais e quem dela fica excluída.

E, ainda, esse autor afirma que o segundo princípio é sensitivo:

Sensitivo como critério ético. – Até pouco, o sensitivo, dor e prazer, estavam subordinados à razão. Atualmente, como dito, com as novas preocupações com o ecossistema, com a sustentabilidade, evoca-se a necessidade da inclusão do sensitivo para medir nossas ações. Na verdade, ele ganhou força no âmbito do utilitarismo, com destaque pela crítica de Peter Singer aos parâmetros morais tradicionais (SCHULZ, 2010, p.7-8).

A formação dos professores também se baseia nos valores - valores morais, culturais, religião sobre as leis -, que se distorcem, disciplinam e orientam a conduta humana para o bem comum. Em outro aspecto, essa formação pode se desenvolver também a consciência humana ou juízo moral como aspecto mais fundamental. Cada vez mais muitos professores sabem e entendem bem sobre esses valores, mas não tem consciência ou capacidade de praticar ou seguir. Por isso, na formação ética esse aspecto mais significativo de desenvolver, para os professores não só o saber, mas precisa praticar como já esclareceu anteriormente. Marques lembra que na visão de Cabanas (1995, p. 55),

(...) vale mais uma moralidade heterônoma, numa pessoa capaz de uma boa conduta moral, do que um discurso ético pós-convencional sem correspondência com uma conduta reveladora do respeito pelos outros, preocupação com o bem-estar dos outros e orientada para o amor.

Os sentimentos são coisas psicológicas, que só são conhecidos por meio das expressões das palavras e das ações. As palavras e os atos são expressões do sentimento do ser humano e são evidências do sentimento. Pode-se avaliar o grau dos sujeitos em relação à ética ou à moral por seus atos e palavras.

As palavras e as ações são dolorosas, provocar ou evocar emoções desagradáveis são traços do imoral e antiético. Para educar, orientar e nutrir sentimentos e boas ações, que não constituam como doloroso e não inculcar emoções negativas e antiéticas das pessoas, em primeiro lugar tem-se que nos educar, especialmente a nossa consciência como um fator que é inerente ao próprio ser humano.

Um bom educador que antes de expressar por meio de palavras ou praticar na ação, em primeiro lugar precisa pensar melhorar se realmente o que vamos transmitir ou expressar ou ter atos que possam não ofender ou prejudicar as outras pessoas.

A pesquisa indica nas falas dos seus participantes apontam para uma noção de que a formação da ética profissional não é uma formação separada de outras matérias/disciplinas, mas consiste em uma formação interdisciplinar ou formação integrada no processo de humanização. Ainda, vale destacar que esta dissertação permite aos seus participantes e demais formadores do campo da ética profissional em Timor Leste reflexões e indicações para suas ações e novas propostas.

Como indicações para novas pesquisas sugere-se “ouvir” outros formadores de ética e aqueles das escolas que têm participado da formação e analisar os demais processos formativos do INFORDEPE.

4 A ÉTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO INFORDEPE

4.1 A FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DO INFORDEPE

Situam-se, na sequência, os resultados dos dados com base na análise de questionários respondidos pelos sujeitos da pesquisa sobre a questão da *ética profissional na formação docente* no contexto do INFORDEPE.

Os estudos acerca desse tema ainda são inéditos no contexto do Timor-Leste. Além disso, trabalhos de natureza teórico-empírica como esse nos dão a conhecer o que expressam e no que pensam os professores acerca do que é a ética como um elemento constitutivo na profissão docente. Desse modo, um conjunto de princípios de natureza moral e ética no sentido de desenvolver um método e recursos para promover a formação docente e ética também dos alunos de forma a contribuir para o desenvolvimento pessoal e social.

Assim se apresenta, inicialmente, o contexto em que a formação sobre ética se desenvolveu, quantos e quem foram os participantes dessa formação, bem como os sujeitos responsáveis, os formadores do INFORDEPE e dos Distritos. Analisa-se um processo realizado de março a novembro de 2011, incluindo um total de 71 formadores dos distritos, os quais trabalhariam essa formação com os colegas nas escolas, totalizando cerca de 3000 docentes.

No contexto do INFORDEPE no curso de *Ética Profissional* analisado ocorreu no período de abril a dezembro de 2011, conforme tabelas a seguir:

Tabela 1: Períodos de formação sobre ética no INFORDEPE e número de docentes formados

CARGA HORÁRIA	6horas x 5 dias= 30 horas	6horas x 5 dias= 30 horas	6horas x 5 dias= 30 horas
TOTAIS FORMADORES	71	71	71

Fontes: Relatório de Avaliação da Formação Contínua de Docentes de abril, agosto e dezembro de 2011.

Tabela 2: Nome dos docentes que participaram da formação em cada distrito no Timor-Leste

Nº.	NOME COMPLETO	DISTRITO	CARGA HORARIO	OBJETIVO DA FORMAÇÃO
1	João Bosco da Conceição	Aileu	30 horas x 3 períodos (Abril, Agosto, Dezembro 2011)	Adquirir conhecimentos para se candidatarem aos Exames Nacionais de Certificação de Competências
2	Paulo Salsinha			
3	Adelina Ximenes Magno			
4	Celestina Belo Magno	Ainaro		
5	Clotilde Soares da S. Reis			
6	Isac de Araújo Costa			
7	Maria Imaculada Carvalho			
8	Agostinha Maria Guterres			
9	Efrém Edmundo S. X. Belo	Baucau		
10	Elisa Lopes de Carvalho			
11	Emerenciana B. Guterres			
12	Emerenciana Pereira			
13	Francisco da Silva B. Freitas			
14	Julião Germano da Costa	Bobonaro		
15	Calisto da Costa			
16	Egídio Amaral			
17	Francisco de Neri			
18	José Tavares			
19	Tomás Talo Mau	Covalima		
20	Albino Gusmão			
21	Bonifácio Mendonça			
22	Edmundo Ferreira			
23	Jorge Manuel de Jesus			

24	Leonardo da Cruz	
25	Rui Amaral SuriSeran	
26	Venâncio S. Sarmento	
27	Agostinha Pompeia Ximenes	
28	Augusta Lopes Mouzinho	
29	Francisco Baptista Belo	
30	Francisco Soares	
31	Josefina Moniz	
32	Margarida Gusmão Goulart	
33	Maria da Gloria P. S. Tilman	Dili
34	Maria Natália Pires Borges	
35	Maria Soares Freitas	
36	Olímpia de Fátima Correia	
37	Romana Oliveira	
38	Virgínia Ribeiro	
39	Cosme Carvalho da Cruz	
40	Gilda Casimira Exposto	
41	Ildefonso dos Reis	
42	Napoleão Soares Maia	Ermera
43	Noé Madeira Soares Carvalho	
44	Virgílio de Araujo	
45	Amâncio Bernardino	
46	Américo Fernandes	
47	Armando Xavier Lopes	Lautem
48	Francisco Cardoso Neves	

49	Natália de Jesus de Sá Benevides	
50	Tomé da Cruz	
51	Egídio Gonçalves dos Santos	
52	Filipe dos Santos de Neri	Liquiça
53	Manuel Henrique Ena	
54	Ana Maria do Carmo Ximenes	
55	Antónia de Jesus Ximenes	
56	Hugo Pereira	Manatuto
57	Maria Estefânia Soares	
58	Valente da Cruz	
59	António Soares	
60	Brígida da C. Viana Pinto	
61	Domingos Tilman	Manufahi
62	Rodolfo da Costa Verdial	
63	Ana Faria	
64	Filomena da Costa	Oe-Cusse
65	Pascoela dos Remédios	
66	João Pinto	
67	Luciana da Cruz	
68	Manuel da Costa Guterres	
69	Manuel de Fátima Oliveira	Viqueque
70	Pedro Guterres	
71	Rui Manuel de Oliveira	

Fonte: Relatório de Avaliação da Formação Contínua de Docentes de abril, agosto e dezembro de 2011.

De acordo com a tabela 2, esses 71 formadores foram responsabilizados para trabalhar na formação nos diferentes distritos de Timor Leste com um total de 90 horas junto a seus colegas professores, com estimativa de 3000 pessoas.

Tabela 3: Total de formadores por Distritos no Timor-Leste

DISTRITO	TOTAIS FORMADORES	CARGA HORÁRIA/ PERÍODO DE FORMAÇÃO	OBJETIVO DE FORMAÇÃO	TOTAL DE FORMADOS
Aileu	2			
Ainaro	5			
Baucau	7			
Bobonaro	5			
Covalima	7			
Dili	12	5x6x30x3=90 horas março a novembro 2012	Adquirir conhecimentos para realizar os Exames Nacionais e Certificar Competências	3000
Ermera	6			
Lautem	6			
Liquiça	3			
Manatuto	5			
Manufahi	4			
Oe-Cusse	3			
Viqueque	6			
TOTAL	71			

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

4.2 A FORMAÇÃO ÉTICA PROFISSIONAL NA ÓTICA DOS SUJEITOS

Ao buscar compreender os processos formativos sobre a competência ética profissional desenvolvidos no INFORDEPE, realizou-se o levantamento de dados junto aos diferentes sujeitos envolvidos: os gestores do instituto, os formadores dessa competência do INFORDEPE e, a um grupo representativo de formados, os quais atuam também nos distritos com a qualificação dos colegas. Desse modo, apresentar-se-á na sequência a análise desses dados, na ordem apresentada nesses três segmentos.

4.2.1 Representantes da Administração do INFORDEPE

A primeira questão levantada aos gestores refere-se à importância de que conferem ao fato de se ter em Timor Leste contarem com uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma competência ética profissional no âmbito da formação docente.

Quadro 4 - A importância de contar uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma competência ética profissional no contexto do Timor

GESTORES DO INFORDEPE (AI)	Qual a importância de contar uma legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma COMPETÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL no contexto do Timor e, em especial, no INFORDEPE?
Daniel (GI)	As importâncias são promoção e progressão dos professores baseia-se no Decreto Lei de Carreira de Docente e também para a qualificação, os professores apresentam quatro competências: Ética Profissional, Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino e Conhecimento Técnico – Científico.
Avelino (GI)	A competência ética profissional faz da política de qualificação dos professores em Timor Leste. A mínima qualificação dos professores de Timor Leste 1. domínio da língua de instrução: Tetum e Português; 2. domínio das ciências/conteúdo curriculares; 3. domínio de pedagogia e metodologia de ensino e 4. domínio de ética profissional.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

De acordo com os gestores, justifica-se essa legislação para que a formação possa visualizar a promoção e a progressão das carreiras dos educadores na melhoria das condições de vida, no aspecto moral-espiritual, economia/material e, também contribuir para o desenvolvimento do país em todos os aspectos. A legislação visa aos objetivos desta formação, especificamente, como uma política pública da educação para promover e garantir os direitos e deveres dos cidadãos ou dignificar a dignidade dos cidadãos para e tornarem mais competentes e qualificados no desempenho das funções como educadores. A formação da ética profissional não é uma formação separada de outras matérias/disciplinas, mas é uma formação interdisciplinar ou formação integrada, como a lei afirma.

Na sequência, busca-se conhecer quais os documentos que fundamentam o curso sobre ética profissional no Instituto. Eles indicaram o Estatuto da Função Pública, Lei de Base da Educação, Regime da Carreira Docente e Constituição da República Democrática de Timor Leste (RDTL, 2002).

A Constituição da República Democrática de Timor Leste (2002), artigo 6º sobre o objetivo do estado na alínea d afirma que, “garantir o desenvolvimento da economia e o progresso da ciência e da técnica” e na letra e, “promover a edificação de uma sociedade com base na justiça social, criando o bem-estar material e espiritual dos cidadãos”. Neste artigo, revelam que, a formação da ética é uma política do governo para os cidadãos para que eles elevem o conhecimento na ciência e, também, na técnica e, depois com esse conhecimento eles geram a própria vida para o bem comum. Esta luta faz parte uma responsabilidade moral do Estado/Governo.

Como se sabe a ética também fala sobre axiologia, explicar sobre os valores-valores culturais, cívicos, religiosos e das leis. Nesse contexto, a formação é um direito fundamental dos cidadãos para que eles possam aprofundar os seus conhecimentos por meio de formação do referido nesse artigo.

Na Lei de Bases da Educação, o artigo 5º trata sobre os objetivos fundamentais da educação e visa, em especial, à alínea para

contribuir para a realização pessoal e comunitária do indivíduo, através do plano desenvolvimento da sua personalidade e da formação do seu caráter, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores éticos, cívicos, espirituais e estéticos, proporcionando-lhe um desenvolvimento psíquico e físico equilibrado.

E, ainda, no Decreto Lei Nº 23/2010, de 9 de dezembro (Estatuto da Carreira Docente, 2010a), o artigo 17 situa:

para o correto desenvolvimento da ética profissional e deontológica da classe docente, o Quadro Obrigatório de Competências é promovido e avaliado na obediência aos seguintes critérios: Respeito e cumprimento dos princípios fundamentais, normas deontológicas e direito e deveres gerais aplicáveis a todos os funcionários e agente da administração pública; cumprimentos do direitos e deveres próprios do exercício da docência consagrados no presente estatuto ou em regulamentação conexas; capacidade de estabelecer bom relacionamento com os alunos, encarregados de educação, membros da comunidade e pessoal escolar, de forma a promover a dignidade do estabelecimento de Ensino e o diálogo e comunicação entre os intervenientes no sistema de ensino; capacidade de reconhecer e promover a integração social e escolar dos diferentes hábitos culturais e linguísticos; sentido de justiça, dignidade, independência, não discriminação e bom senso na avaliação dos alunos; promoção no respeito cívico e social pelo ensino, pela escola, pelos docentes e pelos alunos; capacidade de auxílio na resolução de problemas da organização da sala de aula e do estabelecimento de ensino; interação com alunos e demais docentes na auto-avaliação dos seus métodos de ensino; capacidade de promover a aprendizagem e formação contínuas; capacidade de promover o civismo e cidadania e respeito pelas leis do sistema de ensino e pelas Leis da República.

Já a Lei Estatuto da Função Pública, Nº 8/2004 de 16 de junho, no artigo 45 trata sobre o Código de Ética e situa:

o funcionário público ou agente da administração pública deve Zelar pelos superiores do País, defender a independência nacional proclamada no dia 28 de novembro de 1975 e respeitar os valores morais e culturais do povo de Timor Leste; cumprir as leis, em geral, e as relacionadas com a função pública em particular; implementar e promover o respeito pelos direitos humanos, o

primado da lei e os princípios democráticos; ser modelo de integridade pessoal, autenticidade e honestidade, devendo procurar sempre contribuir para a boa reputação da função pública através de um comportamento diário exemplar; servir o público com cortesia e educação, colocando o interesse público acima de qualquer interesse particular; exercer com zelo, inteligência e aptidão o seu cargo, procurando aperfeiçoar-se, através de curso de formação ou outros, para a execução eficiente do trabalho que lhe são inerentes; seguir as diretrizes e instruções legitimamente traçadas pelos seus superiores e rejeitar quaisquer instruções ou tentativas, de qualquer entidade ou indivíduos fora da administração pública, para influenciar as suas ações oficiais; cumprir a lei e honrar as obrigações privadas, respeitando as ordens dos tribunais; servir o público sem qualquer forma de discriminação ou intimidação, incluindo a sexual e sem abuso verbal ou físico no relacionamento no local de trabalho; rejeitar qualquer ameaça, intimidação ou conduta com a intenção, direta ou indireta, de interferir com a missão da administração pública de Timor Leste; explicar devidamente as suas funções, categoria e natureza, das suas funções na Administração Pública de Timor Leste aos indivíduos fora da Administração; rejeitar qualquer favor, oferta ou remuneração ou qualquer outra prenda que seja oferecida em troca da execução ou omissão de qualquer ato oficial; utilizar a propriedade pertencente à administração Pública de Timor Leste ou a informação adquirida na sua qualidade de servidor público apenas para atividades relacionadas com as suas funções e obrigações oficiais; revelar à administração qualquer benefício, direto ou indireto, que possa ter em atividade lucrativa, negócio ou empresa que esteja sob as suas funções ou deveres; e contribuir para a consolidação da unidade nacional como fator determinante para o desenvolvimento econômico e social de Timor Leste.

Essa legislação aponta para a necessidade da formação no contexto do INFORDEPE, especialmente, em um país que busca

cumprir a democracia e as conquistas da independência. Desse modo, segundo os gestores são desenvolvidos os seguintes cursos: Curso de Especialização, Curso de Administração Escolar, Curso de Disseminação dos Regulamentos que tem a relação com a ética profissional. Segundo o gestor que precede o atual afirmou que esses cursos foram realizados no período de 2007 a 2014.

Foi pedido aos gestores a respeito da compreensão da contribuição para o País quanto à oferta de formação sobre Ética Profissional Docente e, eles indicaram que a importância reside na contribuição para a qualidade de educação e uma vida com base na harmonia, tranquilidade, paz, felicidade e prosperidade. Indicaram também que constitui uma contribuição para que os professores possam ter conhecimento sobre o que é a Ética e a profissionalidade docente.

Quanto à previsão de oferta desse curso nos próximos, dependem da necessidade e do objetivo da educação ou do Governo. Pode-se centrar atenção na formação para a tecnologia, pois muitos professores não sabem utilizá-la. Neste momento é a era da globalização e da tecnologia, embora, existam muitos livros impressos, já há muitas produções científicas disponíveis no âmbito da Internet. Desse modo, os professores precisam saber como podem estudar por meio dela e aprimorar constantemente os conhecimentos e as suas capacidades.

Outro tema apontado é a formação na língua Portuguesa como língua oficial. Assim para reforçar este argumento, Constituição da República de Timor- Leste, no artigo 13 item 1 "O tetum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor Leste" e o item número dois situa que o: "Tetum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo estado". A língua como instrumento de comunicação e também como ciência. Quem domina a língua, pode dominar a ciência. Quem domina a ciência pode, dominar o mundo. Língua é mais do que de comunicação, é um instrumento de poder e de dominação.

Ainda, os gestores informaram como foi organizado o processo da formação. Antes dela, os responsáveis do INFORDEPE informaram aos Diretores da Educação Distrital para indicar os formadores distritais que participaram na formação no INFORDEPE. Essa formação sempre se realizou no período de férias, durante uma semana. Tal formação chama o TOT (*Training of Trainer*) ou formação para os formadores. Depois de finalizarem essa formação, retornam para os Distritos fornecerem a formação, no máximo em duas semanas.

Por isso, posso dizer que a maioria dos professores Timorenses foi participar a esta formação de competências de Ética Profissional

mesmo que não tenham passado nos exames nacionais de certificação de competências. Os que não passaram, continuaram a participar da formação para completar os cem por cento dos professores.

De acordo com os dados recolhidos, metade dos professores já participou desta formação como segue: março de 2012 havia 3000 professores participantes da formação de ética profissional, com objetivo adquirir conhecimentos para realizar os exames nacionais e certificar as competências. Em maio de 2012, houve Exames Nacionais de Certificação de Competências na 2ª fase em Ética Profissional com 5867 professores participantes com objetivo de atribuir Certificado de competências e, nesse exame, houve 225 candidatos aprovados.

No mês de agosto a dezembro de 2012, o processo de certificação de competências de docentes em exercício foi de 2376 professores e 2171 certificados de Técnicas Pedagógicas. O objetivo nesta formação é para certificar as competências dos docentes em exercício a respeito da Ética Profissional e da Técnica Pedagógica, tendo como base os resultados dos exames Nacionais, a experiência profissional e a avaliação documental.

No dia 18 a 22 de agosto de 2014, ocorreu a formação para os Professores de Educação Moral e Religião na Diocese Díli, Baucau e Maliana. Participaram no total 450 docentes, sendo 150 professores de três Dioceses do Ensino Básico e Secundário. O objetivo de formação é reconhecer a dimensão ética na construção do caráter da pessoa humana; os valores da justiça, da solidariedade e da paz. Formadores: Comissão Nacional da Educação Católica em Timor Leste (CONNECTIL).

Durante a formação, de acordo com primeiro e segundo respondentes replicaram que a formação dos professores de ética profissional como o seguinte procedimento metodológico: em sala de aula os professores se dividiram em vários grupos de discussão. Os grupos tinham o objetivo de debater os assuntos ou matérias importantes sobre ética, sobre a importância das regras na vida em sociedade, Leis e Decretos-lei, plenária e registros das conclusões. Também, desenvolveram a leitura, a análise, a reflexão e interpretaram os textos e a avaliação, selecionaram a opção correta e comentaram com os colegas acerca das imagens. Essa construção do saber a partir do diálogo é muito importante para aperfeiçoar o conhecimento um com os outros e piquenique. Houve outra atividade durante a formação, a Direção Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento, Monitorização e Avaliação sempre monitorizaram em todos os Distritos em que ocorreu a formação. Os responsáveis enviaram os questionários e os professores preencheram. O terceiro respondente arguiu que no processo de

formação os formadores utilizavam a língua portuguesa e tetum como às línguas oficiais do Timor Leste. Na compreensão de língua português, para ele é fácil. Por isso ele entendeu bem a explicação dos formadores.

Ainda, questionou-se aos gestores como foram selecionados os formadores do (s) curso (s) de ética profissional docente no INFORDEPE e eles mencionaram que “são professores treinados para serem formadores do INFORDEPE. A seleção baseia-se na seleção por mérito segundo os critérios estabelecidos”.

4.2.2 Formadores de Ética Profissional do INFORDEPE

Como já foi citado anteriormente, contou-se com três docentes formadores da competência ética Profissional no INFORDEPE. Além disso, identificarm-se a seguir algumas informações desses docentes para melhor compreender a inserção nessa formação. Três tem idade entre 55 e 66 anos e apresentam o curso Bacharelato no próprio Instituto; dois cursam o mestrado na Universidade Nacional do Timor Leste. Mário conclui o Mestrado na Universidade do Minho/ Portugal.

Quadro 5 - Tempo de atuação no curso de Ética Profissional

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	IDADE	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Fátima (FI1)	65 anos	Bacharelato no INFORDEPE em 2008	Mestranda na UNTL
Mário (FI2)	55 anos	Bacharelato no INFORDEPE em 2008	Pós-Graduação na Universidade do Minho 2014, em Portugal
Amélia (FI3)	66 anos	Bacharelato no INFORDEPE em 2008	Mestranda na UNTL

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Todos estão atuando na formação sobre ética desde 2008, sendo que Mário interrompeu a atuação no período de 2012 a 2014, retornando em 2015 após sua formação. Foram selecionados para atuarem particularmente por apresentarem, na época, conhecimento da língua portuguesa e graduação. Esses elementos são constatados no quadro 6:

Quadro 6 - Modo de seleção dos formadores no curso de Ética Profissional

FORMADORES DO INFORDEPE (FD)	QUE FORMAÇÃO RECEBEU PARA MINISTRAR OS ESTUDOS SOBRE ÉTICA?
Fátima (FI1)	Único critério é a competência e dominar bem a língua portuguesa, porque no tempo Português, graduado como Posto Escolar.
Mário (FI2)	Fez bacharelato nos dois períodos, no tempo da ocupação Indonésia e, também depois de Independência no INFORDEPE
Amélia (FI3)	Estudou no tempo colonial de Portugal, como Posto Escolar e trabalhou como professora durante três períodos, Colonial Português, Indonésia e Independência até agora.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Ao questionar os formadores do INFORDEPE, indica-se suas opiniões no quadro 7 sobre como compreendiam os objetivos da formação da ética profissional nas atividades:

Quadro 7 - Objetivos da formação da ética profissional no contexto do INFORDEPE

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	Nos estudos que ensina na formação quais são os objetivos da ética profissional dos professores?
Fátima (FI1)	É para formar o caráter do docente de ética e moral a fim de respeitar os estudantes e os superiores. Adquirir conhecimentos para se candidatarem aos exames nacionais de certificação de competências.
Mário (FI2)	É para formar o caráter do docente de ética e moral para respeitar os estudantes, bem como os superiores. Adquirir conhecimentos a fim de se candidatarem aos exames nacionais de certificação de competências
Amélia (FI3)	Conhecer as normas que se relacionam diretamente com a arte de viver, com a mudança de comportamento.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Nesta questão dos respondentes dão a mesma resposta – adquirir conhecimentos para se candidatarem aos exames nacionais de certificação e de formar o caráter do docente. Amélia avança no sentido de identificar essa formação com a vida das pessoas.

Como se sabe que a ética também nasce da religião e das crenças, por isso a formação dos professores também assente na religião com o objetivo de reconhecer a dimensão religiosa a formação da pessoa humana; os valores da justiça, da solidariedade e da paz.

O presente estudo aponta para a necessidade do promover uma formação ética dos professores, bem como para refletir e investigar sobre ela. Pensar esse processo é citar que

a formação ética dos professores, quer inicial, quer contínua, poderá dar um contributo decisivo para o salto qualitativo que representa a passagem da consciencialização para a conscientização (...) e poderia partir da reflexão sobre as situações de ensino que devem ser exploradas e questionadas à luz da ética pessoal e profissional, elas próprias sujeitas à reflexão e questionamento (...), e ser confrontadas com o pensamento de grandes pensadores da ética (ESTRELA, 1999, p. 18).

Ética e Sistema Educativo, especificamente a ética da docência já é citada no âmbito legislativo, ainda que timidamente, mas as dimensões éticas são consideradas como importante no sistema educativo em Timor Leste, estando presente em vários documentos, quer no que diz respeito à formação dos alunos, quer no que se refere à formação dos professores, sendo considerados como componentes relevantes para o exercício profissional.

Veja-se, por exemplo, a lei de bases do sistema educativo, em que as questões éticas, associadas aos valores sociais, espirituais, morais e cívicos estão implícitas, como princípios organizativos com o objetivo do ensino básico e secundário.

Também em nível da formação dos professores no Decreto Lei, Nº.43/2007 de 22 de fevereiro de 2007, que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário surgem como componentes da formação inicial a “formação cultural, social e ética” que abrangem nomeadamente a preparação para áreas circulares não disciplinares e a reflexão sobre as dimensões ética e cívica da atividade docente” em que indica a formação contínua, e que uma das áreas privilegiadas é a formação ética e de ontologia.

Muitas vezes, usam-se indiferentemente as expressões ética profissional e deontologia. Ricoeur (1990) explicita que há uma primazia da ética sobre a moral. Enquanto a ética se refere a princípios gerais, a moral é marcada por normas, obrigações e interdições,

resultantes das aplicações desses princípios a situações particulares. Os professores questionados consideram essencialmente a ética como uma relação de respeito pelos outros, que para uns pode assentar em princípios racionais universais, para outros em princípios a que se associa ao sentimento e à emoção e se ligam a situações particulares. Por isso, neste trabalho, utiliza-se o termo ética reportando-o à fundamentação dos princípios de bem ou mal e moral como a aplicação desses princípios a situações particulares. A formação dos professores, tendo função pelo educativo com fim ao desenvolvimento de outros seres humanos, é essencial ao exercício de educador, uma vez que significa que quem a desempenha tem de orientar a sua ação por princípios éticos de carácter geral e, por normas de carácter mais específicos ajustados às situações profissionais, por outra palavra sobre docentes requer uma ética profissional e ou uma deontologia.

No entanto, há quem distinga ética profissional e deontologia e estabelece relações entre elas, assim podem ser consideradas como “faces complementares da arte de orientação da conduta humana”. No entanto a deontologia pode também ser considerada como a ética aplicada a situações profissionais, não confundido, entretanto, com casuística uma vez que não se confirma no particular, mas comporta uma solução geral para uma classe de problemas.

Por outra perspectiva a palavra ética, derivada do grego, significa aquilo que pertence ao carácter, que assumiu sentido moral. Nesse sentido, a deontologia se diferencia da ética, um carácter mais geral, abstrato e fundamentando dos seus princípios em oposições à normatividade da deontologia. A ética distingue-se, pois não só pela anterioridade lógica como pela extensão. Dessa relação, a deontologia, visto que está presente nos mínimos aspectos do ato educativo expressa pelo código, indo, portanto além dos deveres profissionais assume um sentido moral. A respeito disso, as questões éticas entendidas como dimensões complexas e integradas em que se conjuga o racional e o emocional, o efetivo e o pensamento, a ação, o objetivo e o subjetivo extravasam a reflexão sobre os valores cotidianos dos indivíduos e das comunidade, contribuindo para que busquem o equacionamento e os sentidos individuais.

Quadro 8 - O que significa Ética Profissional

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	O que SIGNIFICA ÉTICA PROFISSIONAL?
Fátima (FI1)	Ética profissional docente é a regra que regula o comportamento do professor na sua função/profissão
Mário (FI2)	É um conjunto de normas éticas que formam a consciência do profissionalismo e representam imperativos da conduta de um docente.
Amélia (FI3)	A ética profissional do docente é significativa porque vai apoiar o desenvolvimento da educação de qualidade. Também é as regras morais que regem ou orientação o comportamento profissional dos professores

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

No quadro 8, os três respondentes deram as mesmas respostas. Eles afirmam que a Ética Profissional como regra que regula ou orienta a conduta dos professores ou formam a consciência deles para alcançar a qualidade da educação e promover o profissionalismo dos professores no desempenho das suas funções.

A partir dessas concepções, a opinião do autor acerca da ética é vincular grupo de pessoas no desempenho das funções profissionais como docentes. É algo que deve ser feito, o objetivo final é obter uma educação de qualidade. Isso significa que não se praticam as coisas fora desses princípios. Além disso, é uma meta que a ser alcançada a fim de se respeitar e tais princípios. Para isso, é preciso desenvolver a consciência, não é uma consciência que se baseia na lei, mas se baseia na razão.

Além disso, há outros conceitos encontrados em documentos. De acordo com (FRANCO, 1991, p. 66),

A ética profissional e a aplicação da ética geral no campo das atividades profissionais, a pessoa tem que estar imbuída de certos princípios ou valores próprios do ser humano para vivê-los nas suas atividades de trabalho. De um lado, ele exige a de ontologia, isto é, o estudo dos deveres específicos que orientam o agir humano no seu campo profissional, de outro lado, exige a dicitologia, isto é o estudo dos direitos que a pessoa tem ao exercer suas atividades. Portanto, a ética profissional é intrínseca à natureza humana e se

explicita pelo fato de a pessoa fazer parte de um grupo de pessoas que desenvolve determinado refletir sobre as afirmações seguintes: Cada conjunto de profissionais deve seguir uma ordem de conduta que permita a evolução harmônica do trabalho de todos, a partir da conduta de cada um, através de uma tutela no trabalho que conduza a regulação do individualismo perante o coletivo” Sá, 1996: 92); “A ética é a condição essencial para o exercício de qualquer profissão”.

De acordo com a seguinte afirmação no Decreto Lei Nº 23/2010 de 09 de dezembro, o Estatuto da Carreira Docente indica no artigo 17:

Para o correto desenvolvimento da ética profissional e de ontológica da classe docente, o Quadro Obrigatório de Competências é promovido e avaliado na obediência aos seguintes critérios: Respeito e cumprimento dos princípios fundamentais, normas de ontológicas e direito e deveres gerais aplicáveis a todos os funcionários e agente da administração pública, cumprimentos dos direitos e deveres próprios do exercício da docência consagrados no presente estatuto ou em regulamentação conexas, capacidade de estabelecer bom relacionamento com os alunos, encarregados de educação, membros da comunidade e pessoal escolar, de forma a promover a dignidade do estabelecimento de Ensino e o diálogo e comunicação entre os intervenientes no sistema de ensino, capacidade de reconhecer e promover a integração social e escolar dos diferentes hábitos culturais e linguísticos, sentido de justiça, dignidade, independência, não discriminação e bom senso na avaliação dos alunos, promoção no respeito cívico e social pelo ensino, pela escola, pelos docentes e pelos alunos, capacidade de auxílio na resolução de problemas da organização da sala de aula e do estabelecimento de ensino, interação com alunos e demais docentes na autoavaliação dos seus métodos de ensino, capacidade de promover a aprendizagem e formação contínuas, capacidade de promover o civismo e cidadania e respeito pelas leis do sistema de ensino e pelas Leis da República.

Desse modo, esse decreto indica um dos objetivos, o de desenvolver um sistema de educação e ensino de qualidade, promover os valores essenciais da formação humana e científica dos futuros cidadãos de Timor-Leste (p. 4451). A mesma questão apresentada aos gestores também foi feita aos formadores, no sentido de se pensar de conhecer sua opinião sobre a existência da legislação que inclui a necessidade de desenvolvimento de uma competência ética profissional no contexto do Timor e, em especial no INFORDEPE:

Quadro 9 - A importância de termos uma legislação que inclua a necessidade de desenvolvimento de uma Competência Ética Profissional no contexto do Timor

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	Qual a importância de termos uma legislação que inclua a necessidade de desenvolvimento de uma COMPETÊNCIA ÉTICA PROFISSIONAL no contexto do Timor e, em especial no INFORDEPE
Fátima (FI1)	Desenvolvimento Nacional, Elevar o profissionalismo docente, Para elevar a qualidade da educação em todos os níveis de escolaridade.
Mário (FI2)	Desenvolvimento Nacional, Elevar o profissionalismo docente, Para elevar a qualidade da educação em todos os níveis de escolaridade.
Amélia (FI3)	A importância da competência ética profissional no INFORDEPE visa relacionar diretamente a arte de viver de um docente como exemplar na sociedade educativa.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Fátima (FI1) e Mário (FI2) afirmaram que essa importância constitui “no fato de elevar o profissionalismo docente e a qualidade da educação em todos os níveis de escolaridade“. Já, Amélia (FI3) relaciona “diretamente à arte de viver de um docente como exemplar na sociedade educativa”.

Baseando-se nessas afirmações dos respondentes, afirma-se: Como docentes e educadores é preciso ter a responsabilidade moral, baseada na consciência pura de que sempre estão na linha de verdade, retidão e correção sejam dentro da escola ou fora dela. Ao se formar o caráter, formaram-se as virtudes e os valores-morais presentes na sociedade os quais sempre revelam um bom exemplo mediante pensamentos, palavras e ações.

O docente busca na profissão integridade, ética. Quando um professor quer ser um bom modelo, ele deve ter uma postura ética e seguir todas as regras ou Leis que foram estabelecidas, tanto nas escolas

e, também, fora dela. De acordo com Jayme Paviani (2012, p. 394), “a qualidade da educação, do ensino ou de qualquer processo implica, necessariamente, uma dimensão moral e ética”.

Nesse sentido, entende-se que a formação ética é um elemento primordial para se falar em qualidade na formação profissional e que o comportamento ético é uma condição *sinequa non* (condição necessária) para a construção do conceito de bom profissional. Um profissional com uma boa formação técnica, mas sem um comportamento ético adequado, pode perfeitamente empregar o seu conhecimento técnico para a execução de ações imorais e socialmente refutáveis. Um bom profissional, mas que não possui um excelente domínio sobre os conhecimentos específicos da sua área, no entanto exerce com integridade moral, não pode ser caracterizado com um bom profissional. Foi questionado aos formadores sobre como compreendiam o que e como se dava a formação dos professores para a ética profissional.

De acordo com a primeira respondente: Fátima (FI1) a formação para a ética profissional objetiva orientar, dirigir e reger os pensamentos, ações e os deveres das suas funções em relação direta com os alunos. Tal afirmação indica a formação dos comportamentos dos docentes no processo de ensino e aprendizagem na sala de aula no sentido de respeitar os direitos dos estudantes e demais profissionais da escola, na sociedade e em todos os lugares. Parafraseando Hegel, dir-se-ia que educar é fazer éticos os homens, ou seja, converter a dimensão natural em natureza espiritual. Educar é educar para a Profissional liberdade. Ricoeur (1990, p. 202) afirma que pensar ética é situar “a perspectiva de uma vida boa, para e com outrem, em instituições justas” Logo, a ética se dá no contexto com outros sujeitos e instituições.

Mário (FI2), o segundo respondente afirmou que é preciso uma política de formação contínua e permanente para a ética profissional, a fim de ser mais profissional e capacitado no conhecimento específico sobre a ética. Essa formação é significativa porque para ser professor e educador em primeira parte a condição é ser ético não só conhecimento técnico e específico na área especialidade. Como um ser ético, a sua responsabilidade não é só transmitir os valores-valores éticos e morais, virtudes para os alunos como uma herança social, mas o de levar os alunos a descoberta dos seus próprios valores.

Essa posição em que pretende salvaguardar a autonomia do aluno parece arriscada se essa descoberta não for guiada pelo professor, pois a criança e o jovem podem descobrir valores familiares e sociais do meio no qual, por vezes, prevalecem valores e argumentos que a escola pode contrariar. Nesse sentido, há outra afirmação que, qualquer ato

educativo é um ato de influência direto ou indireto e, por isso, é impossível educar sem influenciar, quer se reconheça essa intenção ou não. Mediante esses conceitos, mesmo que existam valores-valores morais ou culturais nas famílias, mas esses valores que contraria com os valores universais, é preciso transformar para se tornar mais eficiente a eficácia porque cada vez mais há os valores-valores culturais que prejudicam os direitos e os deveres das pessoas ou a dignidade humana. Por isso é preciso transformar de acordo com os valores-valores universais que respeitam os direitos humanos em qualquer lugar e tempo.

Já Amélia (FI3) afirmou que é necessária a formação dos professores quanto à ética profissional, pois são os condutores à formação ética dos alunos. Assim, a formação da ética profissional dos professores deve ser vista como uma política pública da educação baseada no princípio de que ninguém ensina o que não sabe e ninguém não dá o que não possui. A primeira condição para ensinar é saber. Depois de se tornar qualificado e competente, os professores formarão os alunos no sensitivo e, também, na razão, porque eles, como nova geração, precisam preparar bem para substituir a antiga geração para que assuma a responsabilidade moral no processo de desenvolvimento do país e da sociedade no futuro. De acordo com o Paulo Freire, a imperfectibilidade do ser e a procura de “ser mais ser” e a pessoa como ser autônomo e responsável pela autoria de seu projeto de vida e das suas relações com os outros e o mundo.

Foi questionado aos docentes como poderia ser diferente a formação dos professores quanto à ética profissional e os três participantes da pesquisa, Fátima, Mário (FI2) e Amélia (FI3) indicaram as mesmas respostas a respeito de uma orientação à *mudança do comportamento de atitude do ser humano*. As mudanças ocorrem na qualidade não na essência, não é o sujeito, mas o caráter, elementos mentais, padrões de pensamento e ações. As mudanças de algo que não é bom para algo é bom e útil que tem o benefício para o desenvolvimento humano da vida individual e coletivamente, para a vida da nação e do Estado.

A formação de ética profissional empenha-se na orientação de um processo a fim de humanizar, adquirir meios para uma situação transformadora na sociedade. A formação ética está centrada em princípios e valores que regem e orientam a ação que entendidos como dimensões intrínsecas e identidade profissional dos professores, o estabelecimento de regras para o bem comum. Segue outra afirmação que:

aprender é mudar, formar-se é mudar. Não se pode aprender sem mudar pessoalmente, porque, se estou aprendendo coisas que tem um sentido, vou mudar minha visão do mundo, minha visão da vida. Aprender é mudar. Isso é um problema para as famílias populares. Mudar é trair ou não? Não se pode aprender sem mudar (CHARLOT, 2000, p. 70 -71).

A escola deverá ser a construtora do saber, assente no conceito de justiça social, e promovendo a discussão de temas como ética, direitos humanos, diversidade e paz dentro das salas de aulas, como eixos integradores do desenvolvimento curricular. Ela é a fonte vital da cidadania, um instrumento de aprendizagem, da segurança, da proteção, e da inserção da criança e do adolescente no meio social. São os professores os agentes fundamentais de uma mudança consciente de atitudes por parte da população, rumo à educação cidadã. Os programas do governo assumem o compromisso de uma transformação social e colocam a educação na linha de frente da formação dos futuros cidadãos timorenses.

Outro elemento questionado foi relativo às principais dificuldades/desafios em ministrar a temática ética profissional docente.

Tanto Fátima (FI1), como Mário (FI2), indicaram que não há referências bibliográficas suficientes e materiais didáticos no campo da ética profissional. Já Amélia (FI3) não indicou dificuldades, pois segundo ela “as regras e as leis podem reger, orientar e dirigir as próprias condutas dos professores”. Esse processo é indicado pelos formadores ao indicarem a contribuição dessa formação:

A importância é para desenvolver o profissionalismo dos professores e a elevação da qualidade da educação Fátima (FI1).

A importância é orientam os professores para abandonou o método do ensino com violência. Mário (FI2)

A formação ética é base para a vida, a fim de que a pessoa se torne honesto transparente, consciente, compreensiva, etc Amélia (FI3).

Nas suas falas evidenciam uma noção de ética no sentido de “o melhor modo de viver e conviver, isto é, a busca do melhor estilo de vida tanto na vida privada quanto em público” (CUNHA, 2009, p. 15).

Sabe-se que o desenvolvimento da consciência é um dos fatores importantes na compreensão e na construção da sociedade. A

consciência é um dos conteúdos significativos na formação de ética e ética profissional dos professores e todos os cidadãos. No entanto, defende-se que a formação pode contribuir para esse processo. De acordo com Camargo (1999, p. 65-66),

a “Consciência” significa a capacidade de agir sempre bem, de ser honesto, de ser justo. Assim, o povo divide as pessoas em dois grupos: aqueles que têm consciência e aqueles que não têm. Já na psicologia, a consciência significa a presença que a pessoa tem de si mesma, de seus atos, de seus arredores, ela sabe o que acontece no seu interior, onde ela está, o que está ocorrendo, consigo, sua oposição é a inconsciência. Na ética, porém, consciência significa a capacidade de distinguir entre o bem e o mal para si mesmo; ela é a norma fundamental do comportamento de cada pessoa sob o ponto de vista ético. A consciência ética é a voz da própria pessoa para si mesma; fora da consciência, a pessoa esta fora de si; ela é a única lei suprema que rege a conduta humana; a própria pessoa tem que se reger.

4.2.2.1 Os materiais didáticos utilizados na formação de Ética no INFORDEPE

Para os encontros em cada período da formação no ano de 2011, que ocorreram nos meses de abril, agosto e dezembro elaborou-se um módulo/apostila pelos docentes que ministraram os cursos, com os docentes das missões portuguesa e brasileira.

Ao se analisar o módulo de formação dos professores, a formação da ética profissional tem o objetivo identificado, não só para aprofundamento e para atualização de conhecimentos e de competências profissionais relevantes como também possibilita a mobilidade e a progressão na carreira. Além disso, a requalificação na mesma carreira, mas também para ter o domínio dos docentes em exercício à ética profissional e pedagógica. Esses materiais e seu caráter são apontados pelos formadores nas respostas ao questionário conforme se constata a seguir:

Quadro 10 - Materiais didáticos utilizados no trabalho na formação docente no contexto do INFORDEPE

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	Que materiais didáticos são utilizados no seu trabalho na formação docente? Poderia me fornecer uma cópia deles?
Fátima (FI1)	Os dicionários de Língua Portuguesa e tetum, Módulos sobre Ética e Ética Profissional, Lei Estatuto Função Público, Constituição RDTL, e outros materiais.
Mário (FI2)	Os dicionários de Língua Portuguesa e tetum, Módulos ou livros sobre ética e Ética Profissional, Lei Estatuto Função Público, Constituição RDTL, e outros materiais.
Amélia (FI3)	Dicionário de Português e Tetum, Módulos/livros sobre ética e ética profissional, Lei Estatuto Função Publico, Decreto Lei Regime de Carreira Docente, Decreto Lei de Base da Educação e Estatuto do INFORDEPE

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Os respondentes indicam os mesmos materiais que utilizaram na formação ética profissional em suas respostas: Dicionário de Língua Portuguesa e Tetum, Lei Estatuto Função Público, Constituição República Democrática de Timor Leste, Decreto Lei N°. 23/2010, de 09 de dezembro sobre Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, especialmente no artigo 17°, Lei de Bases da Educação e Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação e módulos elaborados. Esses módulos são apresentados a seguir.

Quadro 11 - Material didático da formação - abril 2011

MATERIAL DIDÁTICO DA FORMAÇÃO - ABRIL 2011		
Sumário/temas da formação	Categorização dos textos trabalhados	Autores estudados
Regras de civismo	Texto de definições morais	Sem autoria identificada
Os Dez Mandamentos das relações humana	Texto de definições morais	FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmicas de grupos. Editora Vozes, 1999
Um estudo de caso: o roubo	Caso apresentado com atividades de decisões morais e de orientações	Sem autoria identificada

	comportamentais	
Deficiência física ou mental	Caso apresentado com atividades de decisões morais e de orientações comportamentais	UNESCO, Todos os seres humanos. Comissão Nacional da UNESCO, 1998. Ministério da Educação do Timor-Leste.
Ética profissional	Texto legal sobre o estatuto de carreira	TIMOR-LESTE. Decreto Lei /2010. Estatuto de Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário, 2010
Ética e cidadania	Texto teórico de definições.	Sem autoria identificada
Escola, democracia e cidadania	Texto teórico de definições.	Sem autoria identificada
A ética e sua importância	Texto teórico de definições.	Sem autoria identificada
Definição moral e de ética	Texto conceitual com extratos teóricos	Identifica a citação, mas não a fonte p. 20 da apostila inserir todos os autores. (Barsa, 2001. P. 760); (Bernardino, s/d, s/p); (Mondin, 1980, p.91); (Savater, 2002, p. 47); Gaarder, 2006, p. 283); (Peter Singer.....); (Abbagnano, sd, p. 360); (Sanchez Vazquez, 1995, p. 12);
A palavra disciplina	Anotações sobre o tema (com aparência de ser um slide)	Sem autoria identificada
A gestão de atitude na sala de aula	Anotações sobre o tema (com aparência de ser um slide)	Sem autoria identificada
Exemplos do sistema de gestão de atitudes	Anotações sobre o tema (com aparência de ser um slide)	Sem autoria identificada

Fonte: Elaborado com base nos dados empíricos da pesquisa, 2015.

O módulo da formação realizada no mês de abril de 2011 contém um conjunto de textos sobre ética, moral e suas importâncias, ética e práticas em todos os processos de ensino e aprendizagem na sala de aula. Situa elementos que problematizam as funções dos educadores para além de técnicos ao tomar as decisões para os problemas cotidianos e estudos sobre os valores-valores morais (axiologia). Também se faz referência a textos sobre as regras, preceitos que orientam, regem ou comportam as condutas dos professores no desempenho das funções como educadores e educadoras. Em seu conjunto, buscam construir princípios para a cidadania, paz, estabilidade e o desenvolvimento.

Quadro 12 - Material didático da formação - abril 2011

Material didático da formação - agosto 2011		
Sumário/temas da formação	Categorização dos textos trabalhados	Autores estudados
O professor carismático	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
O professor técnico	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
O professor recurso	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
O professor investigador e o prático reflexivo	Texto conceitual com extratos teóricos	Identifica a citação, mas não a fonte
O professor como educador europeu e transnacional	Texto conceitual com extratos teóricos	Identifica a citação, mas não a fonte
A dimensão afetiva no encontro dos professores principiantes com a realidade profissional	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Os ciclos da carreira docente e a evolução dos sentimentos profissionais	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Educação emocional e competências socioemocionais de alunos e professores	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Competências emocionais dos professores	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Ética profissional e deontologia	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte

Valores subjacentes à ética profissional	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Os dilemas de caráter ético	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
O professor como educador moral	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte
Proposta para uma formação ética dos professores	Texto teórico de definições	Identifica a citação, mas não a fonte

Fonte: Elaborado com base nos dados empíricos da pesquisa, 2015.

Os módulos da formação de agosto de 2011 dão continuidade ao debate acerca das funções docentes em um contexto em que a profissão docente é complexa na era de informação, globalização, transformação e tecnológica. Num mundo em crise social em todas as partes do ser humano e crise ambiental global, os professores assumiram a responsabilidade de sociedade cada vez mais abertas e cheia de desequilíbrios de natureza variada.

A profissão docente é uma profissão para a transformação, um trabalho fortemente emocional, que pode ser tanto estimulante como frustrante, mas que torna o professor particularmente vulnerável às situações instáveis da vida escolar e aos juízos de valor dos outros, sobretudo se ele não tiver controle emocional e não estiver bem seguro dos seus próprios valores e princípios éticos de conduta profissional. Por isso, as dimensões éticas e afetivas do ensino assumem um papel cada vez mais importante. Os materiais analisados trazem esse conceito de debate, particularmente sobre a ética profissional, o ser professor, direitos e deveres, entre outros elementos.

Quadro 13 - Material didático da formação - dezembro 2011

Material didático da formação - dezembro 2011		
Sumário/temas da formação	Categorização dos textos trabalhados	Autores estudados
Ética Profissional e Formação de Professores	Texto Teórico de Definições	Caetano, Ana Paula & Silva, Maria de Lourdes, (2009). Sísifo. Revista de Ciência da Educação, 08, P. 49-60. Consultado em 11, 2011, em HTTP://Sisifo.fpce.ul.pt

O Perfil Ético de Um Professor do Ensino Básico	Texto Teórico de Definições	Amélia Lopes, Jornal de Notícias, 24.05.2009
Ética Profissional	Texto Teórico de Definições, Orientadores de conduta e compromisso dos professores	Sem autoria
Qualidades do Professor Ideal		Fonte: Adaptado de referencia para o exame nacional de ingresso na carreira docente- Documento para consulta pública, MEC/Inep.
Direito e deveres dos docentes	Texto legal sobre orientações de conduta (Direito e deveres dos professores)	Dec. Lei n° 139-A/90 e o Dec. Lei n° 1/98 do Ministério da Educação de Portugal.
Casos de “Bullying” em Portugal precisam de mais compreensão	Texto de Definições	Fonte: Jornal de Notícias, 22.05.2006
Londres autoriza escolas a proibir véu	Texto de Tomar as Decisões	Fonte: Diário de Notícias, 21.03.2007
Professor Acusado de pedofilia afastados das aulas	Texto de Tomar as Decisões	Fonte: Lusa, 27.10.2011

Fonte: Elaborado com base nos dados empíricos da pesquisa, 2015.

O módulo da formação de dezembro de 2011 situa um conjunto de textos voltados à profissão docente, a qual exige uma competência entre outras competências, essa competência é ética profissional. A ética profissional docente é muito importante na construção do sujeito moral e autônomo. Na sua realização de tarefas como educador, o educador não só transmite os conhecimentos científicos, mas transmite com ética e responsabilidade moral. Por isso mesmo, no desempenho das funções, os professores precisam seguir os deveres para obter os direitos bem protegidos. É preciso, também, cumprir as regras como aspecto jurídico e ter uma maturidade emocional na resolução dos conflitos ou superar os problemas dentro da escola ou da sociedade. Esses aspectos são marcados pelos textos de estudo na formação, apontando para uma lógica da moral a ser seguida.

Quadro 14 - Material didático da formação de 2012

Material didático da formação 2012		
Sumário/temas da formação	Categorização dos textos trabalhados	Autores estudados
Conceito de Ética	Texto conceitual com extratos teóricos	Sem autor
Relação entre ética, cultura e moral	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 15-18 (Texto adaptado)
Conceito de Educação	Texto Teórico de Definições	Aderito Gomes Barbosa, Jovens e Educação da Fé, 2 linguagem não verbal, p. 14-16 (Texto adaptado)
Ética Profissional	Texto conceitual com extratos teóricos	Sem autor
Código Deontológico	Texto conceitual com extratos teóricos	Sem autor
Código Deontológico dos Educadores da Infância e dos Professores dos Ensinos Básicos e Secundário	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 188
Compromisso Pedagógico	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 188
Deveres para com os alunos	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 188
Deveres recíprocos dos docentes	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 188
Deveres para com a sociedade	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação, p. 188
O princípio da confrontação	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação
Princípios das consequências	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação
O princípio da negociação criativa	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação
Princípio do Diálogo	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação
Princípio da Exigência	Texto Teórico de Definições	Pedro d'Orey da Cunha, Ética e Educação

Fonte: Elaborado com base nos dados empíricos da pesquisa, 2015.

Já o último módulo da formação é de 2012 e debate que o conhecimento da ética profissional constitui uma das capacidades a possuir no âmbito do quadro de competências obrigatórias do pessoal docente. Desse modo, tal ensino deverá fornecer aos formandos, não tanto uma série de teoria ética, mas ajudá-los a desenvolver o raciocínio ético sobre questões profissionais. Para tal, deve-se oferecer instrumento de análise e quadros sistemáticos de referência.

Para compreender a essa seleção dos materiais, foi questionado aos formadores do INFORDEPE quais são os principais fundamentos teóricos e quais estudiosos sobre ética foram ensinados por eles na formação e, indicaram as seguintes respostas:

Quadro 15 - Principais fundamentos teóricos e estudiosos sobre ética da formação

FORMADORES DO INFORDEPE (FI)	Quais são os principais fundamentos teóricos e quais estudiosos sobre ética foram ensinados por você na formação?
Nome fictício	Resposta
Fátima (FI)	Cumprir as leis da educação e cumprir as suas funções da docência
Mário (FI)	A. O domínio das línguas oficiais de Timor Leste (Tetum e Português). B. Respeitam a Constituição da República Democrática de Timor Leste e que as leis que vigora em Timor Leste.
Amélia (FI)	Cumprir o Estatuto Função Público, Lei de Bases da Educação, Regime da Carreira Docência, Constituição RDTL e etc.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

Baseando-se nas respostas dos três respondentes, revela-se que os principais fundamentos sobre ética que foram ensinados na formação citados em sua maioria são elementos da legislação. Entre eles: o artigo 17º Decreto-Lei N.º23/2010, sobre Ética Profissional na letra a: Respeito e cumprimentos dos princípios fundamentais, normas deontológicas e direitos e deveres gerais aplicáveis a todos os funcionários e agentes da administração pública (letra a), cumprimentos dos direitos e deveres próprios do exercício da docência consagrados no presente Estatuto ou em regulamentação conexa (letra b) e o respeito pelas Leis do sistema de Ensino e pelas Leis da República (letra k).

Evidencia-se uma visão de ética, entendida como a parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta

humana, é a ciência normativa que serve de base à filosofia prática. Um “conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão” (BARSA, 2001, p. 760).

Juridicamente, Bernardino descreve:

(...) para os operadores do Direito, a ética é um conjunto de regras de conduta que regulam a atividade jurisdicional, visando a boa prática da função, bem como a preservação da imagem do próprio profissional e da sua categoria. A ética jurídica é, por tanto, formulada a partir da prática profissional do Direito.

E ainda: “em primeiro lugar, a concepção que a filosofia dá ética é a única verdadeira porque a ética é parte da filosofia, tanto na sua origem como na sua prática racional”(BERNARDINO, s/d, s/p.)

Em filosofia, “A ética ou moral (...) é o estudo da atividade humana com relação ao seu fim último, que é a realização plena da humanidade” (MONDIN, 1980, p. 910). Ainda,

as palavras ética e moral costumam ser usadas indiferentemente, mas, na verdade, têm um sentido bastante distinto. A moral relaciona-se com as ações, isto é, a conduta real. A ética são os princípios ou juízos que dão origem a essas ações. Podemos dizer que a ética e a moral são como a teoria e a prática. A ética é a teoria moral ou filosofia moral. (GAARDER, 2005, p. 2830).

4.2.2.2 A organização metodológica na formação continuada sobre ética profissional dos professores no INFORDEPE

Os três formadores indicaram que desenvolveram a formação dos professores tomando os seguintes procedimentos ou metodologias e de que na ótica de Amélia “A minha compreensão e conhecimento de língua portuguesa para o ensino de ética profissional docente foi bem estruturada”. Fátima e Mário indicam que sua formação se deu mediante: a) apresentação dos temas (Palestras); b) divisão e discussão em grupo; c) apresentação do trabalho do grupo; d) apreciação, comentários e sugestões; e) conclusão final.

Ainda, indicaram de que dentro na sala de aula os professores dividiam-se em vários grupos de discussão. Os grupos debatiam os assuntos ou matérias importantes acerca da ética, sobre a importância das regras na vida em sociedade, Leis e Decretos-Leis e faziam uma plenária e registros das conclusões. Também apontaram que fizeram a

leitura, análise, reflexão e interpretação de textos e avaliação. Essa construção do saber a partir do diálogo é muito importante para aperfeiçoar o conhecimento entre uns e outros, e como forma de integração houve a realização de piquenique.

Tem outra atividade durante a formação que é realizada pela Direção Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento, Monitoração e Avaliação, setor que sempre faz a monitorização em todos os Distritos em que ocorreu a formação.

4.3 A FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE ÉTICA PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DOS DISTRITOS

Na sequência, apresentar-se-ão os dados dos questionários respondidos por seis professores que atuam como formadores na Região II (Díli) que inclui três Distritos: Díli, Aileu e Liquiça, para analisar como ocorre/ocorreu a formação sobre ética nesta região.

Inicialmente, busca-se saber desde quando e como foram selecionados para atuar com a formação docente sobre ética a profissional.

Ângelo (FD1) afirmou no questionário de que ele passou a trabalhar como formador a partir de 2009 e que ao longo deste período, este formador passou a ter bastante experiência na área de ética profissional. Paulo (FD2), Lopes (FD3) e Juarez (FD4) assumiram a função como formadores de ética profissional no ano 2011. Já Juliana (FD5) afirma que trabalha desde 2012, e Maria (FD6), desde 2008.

Constata-se que todos já têm uma razoável experiência no campo da formação. Para a atividade houve, para todos, indicação da direção distrital e/ou do Ministério, conforme nos informaram:

Fui selecionado pelo diretor da educação distrital através do meu responsável da escola pela qual lecionava, por meio da escrita oficial. - Ângelo (FD1)

Tivemos formação básica em primeiro lugar no INFORDEPE. - Paulo (FD2)

Fui chamado pelo INFORDEPE para ministrar este curso. - Lopes (FD3)

Esta atuação na formação foi selecionada pelo Ministério da educação de Timor Leste através do INFORDEPE. - Juarez (FD4)

Para ministrar esse curso fui chamada pela Direção da Formação do INFORDEPE. - Juliana (FD5)

Fui chamada diretamente pela INFORDEPE para ser formadora da TOT para formadores e formadora de 1^o e 2^o ciclo. -Maria (FD6).

Antes de iniciarem, participaram da formação sobre ética profissional no INFORDEPE durante uma semana e novamente em cada período de férias nos meses de abril, agosto e dezembro:

Foi uma formação contínua dos professores sobre o estudo de competências e habilidades como prioridade para a melhoria da formação de educadores. Ângelo (FD1)

Aprender a ética com o fim de programar na escola onde trabalhamos. Paulo (FD2)

Antes de realização dos cursos sempre tivemos Cinco dias de formação da Ética no INFORDEPE. Lopes (FD3)

Para ministrar os estudos sobre a ética necessariamente para os professores que lecionam na disciplina da cidadania e desenvolvimento social. Juarez (FD4)

Para ministrar os estudos sobre a ética recebi TOT durante uma semana de 6 em 6 Meses. Juliana (FD5)

Recebi a TOT antes de uma semana e depois ministrei esses estudos para os meus colegas formadores durante uma semana. No fim, fui dar a formação aos professores do 1^o e 2^o ciclos do ensino Básico durante 3 semanas juntamente com os professores de 3^o ciclo e secundário geral e vocacional. Maria (FD6)

Busca-se conhecer como tais professores sentem a contribuição da formação a qual participaram no INFORDEPE para desempenhar a própria atividade como formadora em ética profissional em seu distrito.

Ângelo (FD1) destacou que essa formação contribuiu para o seu conhecimento sobre ética e ética profissional, no contexto da língua portuguesa. A partir desse conhecimento, compartilhará com os colegas professores bem como transmitirá aos alunos acerca de normas morais, ética e ética profissional, porque alguns docentes e outros discentes ainda não perceberam nem dominaram essa matéria. Além disso, eles

também podem ajudar a cumprir os deveres como educadores no desempenho da sua função nas escolas.

Já Paulo (FD2) situa a questão de outra maneira, ou seja, como: “na sociedade em que vivemos com ele ou a maneira de ser um cidadão que tenha a sua cultura timorense obedecer aos outros e respeitá-los como pessoa humana”

Destaca-se, em relação à formação de ética, a fala de Lopes (FD3) afirma que “além de contribuir para o nosso entendimento de língua portuguesa, porque a matéria está em língua portuguesa também ética”. Esta questão é relevante, pois o domínio da língua é outro desafio, além de ser uma competência inclusa no âmbito da legislação educacional, uma vez que essa foi a língua oficial determinada no contexto da independência do país, bem como o tetum a língua cultural. Frente aos movimentos históricos do país, essa apropriação da língua é um processo em construção, tanto que os documentos da cooperação Brasil-Timor Leste têm a função de contribuir nesse movimento, tanto na formação no próprio país, como para aqueles que cursam graduação e pós-graduação no Brasil.

Juarez (FD4) afirmou que essa formação pode ajudar para desempenhar a sua formação de ética profissional no sentido de contribuir para o seu distrito, principalmente nas ações de ensino e aprendizagem com o objetivo de melhorar os trabalhos dos professores e dos alunos na convivência diária.

Juliana (FD5), o quinto respondente afirmou que não, mas não explicitou sua resposta. . Por último, Maria (FD6) amplia o conhecimento e diz que “em ética profissional e metodologia de ensino, para ser um bom profissional é preciso possuir um excelente domínio, sobre os conhecimentos específicos da sua área e exercer a profissão com qualidade e com integridade ética”.

Ainda, eles ampliam e evidenciam o que significa *ética profissional* para eles, conforme quadro a seguir:

Quadro 16 - O que significa ética profissional para você?

FORMADORES DOS DISTRITOS (FD)	O que significa ética profissional para você?
Ângelo (FD1)	Para mim, ética profissional quer dizer que um docente de qualidade, um docente de profissionalismo, um docente de bom comportamento, desempenha bem a sua função, cumpre as regras do docente estabelecidas pela direção da escola etc.
Paulo (FD2)	Um docente de qualidade, um docente de profissionalismo, um docente de bom comportamento, desempenha bem a sua função, cumpre as regras do docente estabelecidas pela direção da escola etc.
Lopes (FD3)	Ética profissional docente são os valores e normas que regem as condutas dos docentes
Juarez (FD4)	A ética profissional docente são as competências promovidas com base nas obediências, segundo a hierarquia que diz respeito ao cumprimento dos princípios fundamentais, das normas e das regras que se baseiam pelos direitos e deveres comprovativos e aplicáveis a todos os funcionários ou docentes e agente da administração pública no processo de ensino e aprendizagem.
Juliana (FD5)	Ética profissional docente para mim significa que os professores deverão enfrentar as dificuldades de hoje sem perder o compromisso como sonho de amanhã.
Maria (FD6)	É um conjunto de princípios e normas que um grupo de profissionais define para o seu exercício profissional. Por exemplo, os códigos de ética dos professores/docentes dos médicos, dos advogados, dos psicólogos etc.

Fonte: Dados da pesquisa (2011-2014)

As respostas de três respondentes se aproximam da concepção de ética indicada por Barsa (2001), o qual situa que essa é a “parte da filosofia que estuda os valores morais e os princípios ideais da conduta humana. É a ciência normativa que serve de base à filosofia prática. Ética é um conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão” (BARSA, 2001, p. 76).

Observam-se, no quadro anterior, que as respostas trazem uma noção de ética vinculada a uma ciência da conduta e do conjunto de normas de comportamento e formas de vida por meio das quais o homem tem de realizar o valor do bem em sociedade. Ainda, nesse sentido, Abbagnano (2003, p. 389) afirma que a ética é “em geral, a ciência da conduta”, e ainda Vázquez (1985, p. 12) traz uma noção mais ampliada, afirmando que “a ética é a teoria e a ciência do comportameneto moral dos homens em sociedade”. Nesse contexto, o autor acrescenta de que a ética não é só estudar os comportamentos concretos, mas o estudo sobre as palavras, mediante a fala, todas as atitudes das pessoas sejam elas física ou psicológicas a fim de descobrir qual é motivo delas. Nessa direção, Mondin (1980, p. 91) afirma que, “a ética ou a moral (...) é o estudo da atividade humana com relação ao seu fim último, que é a realização plena da humanidade”.

O terceiro respondente, Lopes (FD3), entende que a ética no contexto de axiologia é a ciência que estuda os valores-valores morais e os consideram como válidos, além de que regem a conduta humana e desempenham as suas funções profissionais como educadores em relação ao seu fim e a sua eficácia, bem como a eficiência e a efetividade dos trabalhos.

Entende-se por “sistema axiológicos” ou “sistema de valores” os conjuntos de valores (éticos, estéticos, religiosos, políticos, vitais, cognitivos etc.) que, inter-relacionados influenciam as ações humanas e fornecem explicações acerca delas (LUCAS, et al., 2013, p. 646).

O professor Juarez (FD4) situa a ética no contexto normativo como os respondentes Ângelo (FD1) e Paulo (FD2). No entanto, ele afirmou em outro contexto, que a ética como um conjunto de competências atribui aos professores desempenhar a função com qualidade.

Já Juliana (FD5) afirma que os professores deverão enfrentar as dificuldades de hoje sem perder o compromisso com o sonho de amanhã. Nesta afirmação, remete-nos para um contexto moral-ético, bem como técnico em que os professores situam o compromisso com o futuro dos alunos e, também, com o futuro do país. É uma responsabilidade moral e técnica, na qual cabe aos professores resolver os vários problemas que existem nas escolas sendo justos, retos e corretos, além de apresentarem a capacidade técnico-intelectual.

Nesse sentido, questionou-se também a esses professores sobre a compreensão em relação a contar com uma legislação que incluía a necessidade de desenvolvimento da competência ética profissional no contexto do Timor Leste.

Com base nas respostas recolhidas, observa-se, na tabela acima, que Ângelo afirma ser importante uma legislação a fim de orientar a conduta como criaturas de Deus e como cidadão dentro da sociedade em que se vive. A interpretação do autor, a partir da perspectiva antropocêntrica, retrata a relação entre os seres humanos ou os colocam como centro de tudo. Já, a teocêntrica trata da relação entre os seres humanos e Deus; mas, Deus como centro de toda a criação ou “Fim último”. Paulo (FD2) identifica essa função, no contexto da axiologia, como sendo o valor de respeito entre os cidadãos.

Lopes (FD3) diz que é voltada ao desenvolvimento de uma competência ética profissional, para que se possa trabalhar com mais rendimento e preservar a cultura Timorense.

Juarez (FD4) aborda, em seu entendimento, a importância da legislação, visando à capacitação dos docentes a fim de estabelecer as relações dos intervenientes no sistema de ensino e aprendizagem por meio dos conhecimentos científicos com a sincronização pelas experiências obtidas nas famílias e, em sociedade, e ao mesmo tempo para os professores tornarem mais capacitados e profissionalizados no desempenho como educador nas escolas em relação aos alunos, professores, pessoal administrativo e, também, nas comunidades em que os professores vivem.

Maria (FD6) afirma que a contribuição é para um bom profissional técnico e ético no contexto de desempenhar as suas funções como educadores e educadoras dentro das escolas e da sociedade em que eles vivem. Do ponto de vista dos professores, eles buscam não só ensinar os conhecimentos científicos, mas mostrar ou revelar as condutas sempre a favor da dignidade humana, sem discriminação quanto às decisões tomadas. Mediante essas concepções, questiona-se aos docentes dos distritos como eles compreendem o que é e como se dá a formação dos professores acerca da ética profissional no trabalho.

Para Ângelo (FD1), “a ética profissional fala acerca das pessoas em uma profissão. Essas pessoas quando trabalham bem, cumprem o seu dever, cumprem o regulamento no seu campo de trabalho” Ainda, indica que na formação dos professores para a ética profissional ele desenvolve sua ação “por meio da explicação, da produção de atividades de grupos para descobrirem ações éticas profissionais e não profissionais, a fim de discutirem outros assuntos”.

Lopes (FD3) situa que “os formadores recebem a formação no INFORDEPE. Após a formação, recebem os materiais que irão dar a formação aos professores nos respectivos Sub Distritos”. Isso significa

que se espera que os colegas que participam nos distritos irão também ser formadores dos colegas nos subdistritos.

Juarez (FD4) aponta para os objetivos de apropriação de conhecimentos voltados a essa formação. A partir disso há a compreensão, a formação da ética profissional aos professores apresenta os objetivos de melhorar os conhecimentos científicos dos estudantes com base na responsabilidade como indivíduo e como cidadão na sociedade Timorense.

Maria (FD6) apresenta em sua fala os requisitos para a organização do seu trabalho, a compreensão do conhecimento a ser ensinado e a questão da organização metodológica:

Para ensinar ou dar a formação ética profissional, tenho que compreender o que é a ética e moral. Antes de tudo, tenho que preparar o horário e os conteúdos que irei dar completamente com os materiais didáticos de suporte e domínio da matéria. No final, tenho que dar uma avaliação para saber se os meus formandos entenderam ou não, o que eu lecionei.

Ainda na direção de se compreender como se dá o trabalho desses formadores, eles foram questionados como e o que poderia ser diferente na formação dos professores para a ética profissional e, as respostas se movimentam entre a necessidade de mais carga horária para a formação, de um número elevado de professores nas turmas do curso, além das demandas da questão a respeito do próprio conteúdo, bem como do entendimento e da incorporação da ética por parte dos docentes. A esses fatores, pode-se considerar o que diz os seguintes respondentes.

Paulo (FD2) aponta que “na formação para a ética profissional *é preciso ter mais horas*, sendo assim o formador e os cursistas passam a ter conhecimentos mais profundos sobre e o benefício em si próprio”.

Lopes (FD3) situa a diferença entre a demanda de trabalho e aquela dos formadores do INFORDEPE, pois em “Díli um formador ministra de 20 a 30 formandos e no Distrito, um formador ministra o curso para 60 a 70 formandos”.

Os demais três docentes remetem às próprias especificidades da ética:

Os componentes que diferenciam a formação dos professores da ética profissional, além das áreas científicas, o papel principal desta disciplina é orientada e focalizada nos comportamentos,

atitudes, moral, e responsabilidade no contexto democrático. Juarez (FD4)

Ética muito diferente. Os professores ou formandos não conseguiram atingir na área de ética. Juliana (FD5)

Na formação da ética profissional é um bocadinho diferente, porque tem ligação com os costumes e a propriedade de caráter de cada pessoa. Por exemplo, o que é bom para mim não seria bom para outros professores. Depende do pensamento e do conhecimento de cada pessoa Maria (FD6).

Perante essas demandas, busca-se saber junto aos formadores quais eram os principais conhecimentos e fundamentos teóricos e que estudiosos sobre ética estudam e ensinam na formação. Três deles apontam para os conteúdos ministrados, dois a autores de suas referências e uma delas ao próprio módulo que é usado no INFORDEPE:

Os principais conhecimentos e fundamentos teóricos e estudiosos sobre ética que me ensinou durante a formação são: a. a definição ética e moral; b. a moral e a imoral; c a ética e a etiqueta. Ângelo (FD1)

Os principais conhecimentos fundamentais sobre a que estudei e ensinei na formação dos meus alunos é o respeito, obediência a nós e ao próximo. Paulo (FD2)

Os conhecimento e fundamentos teóricos são: As regras de civismo; ética e cidadania; Escola, Democracia e cidadania, A ética e sua importância Definição de moral e ética, A ética profissional e prática pedagógica, A palavra Disciplina, Gestão de atitudes na sala de aula, Ética profissional e formação de professores, Ética e sistema educativa, Formação e concepção pessoal de ética, O perfil ético de uns professores do ensino Básico, etc. Lopes (FD3)

Os principais conhecimentos e fundamentos teóricos baseiam-se aos cientistas famosos, por exemplo: J. R. Nailin, C. Dinis e F. Lima e os seus contributos para a formação dos professores Timorenses de forma adequada na capacitação dos recursos humanos principalmente no processo de ensino e a aprendizagem. Juarez (FD4)

O modelo maternal de SOCKETT 2008; b. o modelo escolar de SOCKETT 2008; c. o modelo Agente moral de SOCKETT 2008. Juliana (FD5)
Os manuais preparados pela INFORDEPE para cada período ajudam-nos na implementação desses conteúdos durante a formação. Maria (FD6)

Ainda em relação aos referenciais utilizados quanto à formação, levantaram-se junto aos docentes quais os documentos legais que conhecem/trabalham sobre ética profissional e se trabalham esses documentos com os professores do distrito.

Dois docentes situam que conhecem alguns documentos legais, sem remeter ao vínculo com o INFORDEPE:

As leis da Função Pública que regula os direitos e deveres de um funcionário público. Sim. Maria (FD6)

Os documentos legais de ética profissional são a Constituição da República de Timor Leste e, as Leis de bases da educação e a constituição dos direitos dos homens das Nações Unidas. Juarez (FD4)

Três docentes vinculam o conhecimento aos saberes recebidos na formação e nos materiais didáticos recebidos pelo INFORDEPE, e uma não menciona, mas cita textos e atividades que estão presentes nos módulos elaborados no contexto do instituto:

Documentos legais que eu conheço, mais ao menos, um despacho ministerial através de INFORDEPE como um documento oficial e legal para que o formador possa exercer as atividades de formação no distrito. Ângelo (FD1)

Os documentos legais são os manuais recebidos pelo INFORDEPE. Esses documentos ou manuais são utilizados por nós nas escolas /na base. Paulo (FD2)

Recebemos dois livros do curso intensivos em 2011, sobre matérias de ética profissional e trabalhamos com esses livros com os professores. Lopes (FD3)

Textos: A deficiência física ou mental (Atividades); b. Texto: Estudo de Caso-O roubo (Atividades); c. Texto: Menino de todas as cores

(Atividade); d. Texto: Desenvolvimento moral - um caso prático (Atividades). Juliana (FD5)

Articulando-se às respostas anteriores ao se perguntar que materiais didáticos são utilizados no trabalho, os formadores identificam os próprios materiais didáticos elaborados no INFORDEPE:

Usei só teoria. Ainda não usei materiais de apoio. Paulo (FD2)

Como diz recebemos no INFORDEPE dos livros do curso intensivo sobre Ética profissional e trabalhamos com estes livros. Lopes (FD3)

Na formação de ética profissional os professores têm o acesso aos materiais didáticos para facilitar curso, por exemplo, as cópias das planilhas separadas ou encadernadas e foram preparadas pelo INFORDEPE. Juarez (FD4)

Os manuais relacionados com os conteúdos recebidos pelo gabinete da formação profissional e contínua. Juliana (FD5)

Os materiais didáticos são os manuais preparados pelo INFORDEPE. Maria (FD6)

No entanto, Ângelo traz a questão dos idiomas utilizados nessa formação:

Claro que tinha mínimo conhecimento sobre a língua portuguesa, mas, no momento em que dava a formação, eu trabalho com o meu diário como um dos materiais de apoio. Algumas partes eu utilizava ambas as línguas: Tetum e o Português como língua oficial de Timor Leste, para possamos de compreender melhor sobre esta ciência. Ângelo (FD1)

E, essa questão fez parte do questionário respondido pelos formadores, que se voltava, a saber, qual a compreensão e o conhecimento de língua portuguesa para o ensino de ética profissional docente nessa língua. Todos defendem que tem o domínio da língua, mas destaca-se a fala de Juarez da importância desta e de que está em uma fase de aprendizagem no contexto atual do Timor Leste e que a língua tetum é uma mediação para essa aprendizagem:

Do ponto de vista do conhecimento da língua portuguesa não é difícil, mas está em ação, numa fase de aprendizagem e respeitando a

Constituição, principalmente, nos artigos que falam das línguas oficiais de Timor Leste. Neste sentido, os professores esforçaram-se para compreender a língua portuguesa durante o processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, a língua tetum é como suporte da compreensão da matéria pelos professores e alunos. Juarez (FD4)

No contexto dos desafios e principais dificuldades/desafios em ministrar a temática ética profissional, os docentes dos Distritos situam as seguintes questões: o domínio da própria língua portuguesa, o conhecimento sobre ética dos seus colegas em formação e o enfrentamento de lidar com questões sociais cotidianas nas práticas, como violência, valores, normas e outros:

Todas as disciplinas que lecionamos sempre tem dificuldades/desafios. A vontade de ler faz parte esses desafios. Maria (FD6)

A principal dificuldade na altura era a não dominação da língua portuguesa por parte dos professores/formandos. Lopes (FD3)

As principais dificuldades na área de ética profissional dependem do conhecimento e habilidades dos professores com base nas suas experiências cotidianas. Juarez (FD4)

As principais dificuldades/desafios: violência, desenvolvimento moral, valores, atitudes e normas, fatos e conceitos. Juliana (FD5)

Destaca-se, aqui, a defesa de Paulo (FD2) de que “a formação de ética tem que ser rotina. Desse modo os docentes poderão ter mais conhecimentos a desempenhar esta tarefa” com a identificação de um desafio e objetivo da formação em ética profissional. Nesse sentido, sobre a questão que tratava da identificação dos objetivos da formação em ética, os docentes indicaram:

a. Saber o seu papel como docente ou um funcionário qualquer; b. Para sermos capacitados e formados na ética profissional dos docentes; c. Para que os docentes ou funcionário cumpram o seu dever como responsáveis; d. O objetivo é criar professores qualificados no desempenho da educação em Timor Leste em geral. Paulo (FD2)

O objetivo é elevar a capacidade profissional dos professores de todos os níveis de ensino para melhorar a qualidade de educação em Timor Leste. Lopes (FD3)

Os objetivos principais da formação dos professores da ética profissional a reconhecer e promover a integridade social e escolar dos diferentes hábitos e respeito pelas leis e regulamentos no processo de ensino e a aprendizagem. Juarez (FD4)

Os professores devem saber e compreender: a. A ética e moral; b. Os dez mandamentos das relações humanas; c. A palavra disciplina. Os objetivos para elevar os formandos saber a ética. Juliana (FD5)

a. O objetivo do estudo da ética é, o guia de ação, os motivos, as causas, os princípios, as circunstâncias, mas também analisa as consequências dessas ações. b. O objetivo fundamental é levar a modificações na moral com aplicação universal, guiando, orientando racionalmente e do melhor modo a vida humano sendo um bom exemplo disso os códigos éticos para as diferentes profissões. Maria (FD6)

Interessante observar que os docentes dos distritos são bastante ricos nas definições respostas de forma em geral, e constatou-se isso ao situar a importância e a contribuição para Timor Leste da oferta de formação sobre ética profissional docente, em duas dimensões:

a) o número de docentes formados

De acordo com a informação obtida pelo INFORDEPE quase a metade dos professores do ensino básico e secundário já fizeram o curso da ética profissional docente. Segundo as exigências do Ministério da educação com a lei de Bases da Educação, os são obrigados a frequentar disciplina referida no sentido de melhorar a sua prática docência e o cumprimento das regras estabelecidas. Juarez (FD4)

Baseando-se na informação pelo Presidente do INFORDEPE ou no Relatório que apresentou temos 7355 formados, desde o ensino pré-escolar até o secundário. Juliana (FD5)

Quando se contribui para o país é no momento em que todos os docentes serão todos qualificados conforme a política da INFORDEPE atingir a meta. Paulo (FD2)

b) na contribuição para um país melhor:

a. Gostaria que todas as pessoas neste País estejam disponíveis em aprender as normas éticas-morais para se respeitarem de mãos dadas e não prejudicarem os outros; b. Para os trabalhadores de várias instituições, seja do Governo ou do setor privado respeitem e amem as suas profissões, cumpram as regras estabelecidas nos lugares onde trabalhem. Ângelo (FD1)

A importância é proporcionar a todas as crianças e jovens as mesmas oportunidades educativas, contribui para o fim o desenvolvimento de um tema de educação e do ensino de qualidade. Lopes (FD3)

A importância e contribuição para Timor Leste da área de ética profissional docente, melhorar os comportamentos e atitudes dos professores com agente direta na formação dos alunos como gerações futuras da respeito mútua na implementação da sua carreira profissional. Juarez (FD4)

A importância e contribuição para o País, a oferta de formação sobre a ética profissional docente é a escola deverá ser a construtora do saber, assente no conceito de justiça social e promovendo a discussão de temas como ética, direito humanos, diversidade, paz dentro da sala de aula, como eixos dos integradores do desenvolvimento curricular. Juliana (FD5)

a. É importante cada profissão exercer os seus papéis fundamentais na formação de valores como a solidariedade, a igualdade, o bem comum, e a democracia. B. O sonho de um País educado e fraterno só se concretizará se contarmos com o esforço de todos os professores e profissionais da educação, pois é nas mãos deles que estão as rédeas do futuro. São os agentes, os agentes fundamentais de uma mudança consciente de atitudes por parte a população, rumo a uma educação cidadão prontos para construir uma

sociedade comprometida com a ética, justiça e paz. Maria (FD6)

As falas dos docentes apresentam a importância e a contribuição para o país no sentido de ajudar para que o povo vivencie a cidadania, com o desenvolvimento do país, com educação e ensino de boa qualidade. Trabalhar no sentido de que os professores e os demais funcionários das escolas possam ser construtores dos saberes, assente no conceito de justiça social, promovendo a discussão e o respeito às questões de ética, direitos humanos, diversidade e paz. Enfim, no sonho de um País educado e fraterno.

A formação da ética profissional não é uma formação separada de outras matérias/disciplinas, mas consiste em uma formação interdisciplinar ou formação integrada no processo de humanização.

5 CONSIDERAÇÕES

A minha experiência surge a partir da formação acadêmica e do trabalho que exerci no Ministério da Administração Estatal e exerceo no Ministério da Educação, particularmente, no INFORDEPE. Quanto à questão da formação em ética profissional desenvolvida nesse instituto, vim estudar na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com a ajuda do governo Timorense e do Fundo do Desenvolvimento de Capital Humano.

É sabido que Timor-Leste está localizado na Ásia, entre Austrália e Indonésia e é um país rico em suas naturezas e povos. Timor viveu uma longa ocupação de Portugal no período de 1512 a 1975. O objetivo, nesta ocupação, era a propagação da religião, a expansão do território colonial e o controle das riquezas. Ao longo desse período, muitos timorenses sofreram e morreram, viveram vários tipos de trabalho forçado e violências, seus direitos foram violados de acordo com a vontade e a capacidade dos invasores. Por isso aconteceram rebeliões em todos os lugares como ocorreu em Camanasa-Cailaco (1719-1726), e o segundo em Same-Manufahi (1912-1915), que foi liderada por Dom Boa Ventura e, ainda, há outras rebeliões. Essas rebeliões situaram as evidências de que durante a ocupação, o direito dos cidadãos foi pisoteado pelos colonizadores (FERREIRA, 2011, p. 56).

Em 1974, aconteceu a revolução dos Cravos em Portugal e, aproveitando essa revolução, alguns líderes timorenses se reuniram e decidiram estabelecer os partidos para determinar o nosso destino. Nesse processo, em 28 de novembro de 1975, o Partido FRETILIN declarou a sua independência, mas ela não foi reconhecida pelas Nações Unidas. Com esse não reconhecimento, aqueles que não queriam a independência fugiram para a Indonésia e fizeram um acordo com os militares deste país e invadiram o Timor Leste em 07 de dezembro de 1975.

Durante a ocupação ilegal da Indonésia, a história de violência ocorre como no tempo português. Muitos timorenses morreram, em torno de 15.000 a 300.000 timorenses (LUNARDI, 2014, p. 36). Durante esse período, muitos timorenses fugiram e moraram no mato a fim de continuar a luta pela independência por um período de 3 a 24 anos. No entanto, os processos do desenvolvimento em todos os setores foram mais avançados do que em Portugal.

Nesse contexto, o objetivo era para que os timorenses continuassem a apoiar a integração com a Indonésia. Durante a ocupação de Portugal, Japão e Indonésia, os timorenses não perdem os

princípios, lutaram e conquistaram a independência. Esta luta atingiu o ponto culminante em 1999, em que o presidente da Indonésia, BJ. Habibie deu duas opções: Autonomia ampla e referendun. A partir delas, realizou a eleição em 30 de agosto de 1999, organizada pelas Nações Unidas e o grupo que apoiou a independência venceu e escolheram a independência do país.

Após a Independência em 20 de maio de 2002, o Timor Leste enfrentou muitos problemas em todos os setores, mas os timorenses não perderam o espírito de se desenvolver, mas com capacidade e recursos limitados.

Nesse período de independência, Timor leste adotou as línguas Portuguesa e Tetum, como línguas oficiais, mesmo que a maioria dos timorenses não sabiam/sabem falar a língua portuguesa como afirmou Dom Ximenes Belo (2008, p.4) até 1940. Apenas 4 % população falava português, particularmente os funcionários, os professores e os catequistas, os “liurais” (reis), os chefes e os que cursaram a 4ª classe no colégio de Soibad (GUSMÃO, 2010, p. 35). Com esses problemas, o governo transitório liderado pelas Nações Unidas passou a buscar apoio financeiro e estratégias junto aos países colaboradores, como vistas a acelerar o desenvolvimento educacional e, conseqüentemente, do país como um todo (FERREIRA, 2011, p. 73). Os países mais importantes que deram apoio e, ainda, continuam dar ajuda até agora são Portugal e Brasil.

Antes de vir para o Brasil, trabalhei no INFORDEPE, no Departamento da Monitorização e Avaliação sobre a formação dos professores. Particpei também em 2012 de três cursos com formadores brasileiros: Língua Portuguesa, Matemática e Informática. Já em 2013, ingresso no mestrado em educação da Universidade Federal de Santa Catarina no Brasil com a intencionalidade de estudar a questão da ética na formação docente. Com os avanços dos meus estudos no Brasil, minha questão foi reconfigurada e delimitou-se este projeto de dissertação com foco na formação continua sobre a ética profissional docente. Essa formação constitui o principal objetivo dessa dissertação, ou seja, compreender as concepções de ética profissional docente no âmbito da política de formação docente no contexto do INFORDEPE no período de 2008 a 2014.

Buscando esse objetivo no segundo capítulo, realizou-se o levantamento documental sobre a temática que se justifica em um contexto após a Independência do país. Para isso, o governo determinou vários decretos e Leis como: Lei N.º 14/2008, de 09 de outubro a Lei de Bases da educação; Decreto-lei nº 22/2010, de 09 de Dezembro Lei

Orgânica do Ministério da Educação, o DECRETO-LEI nº 23/2010, de 9 de dezembro Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente); DECRETO-LEI nº 4/2011, aprova o Estatuto do Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (INFORDEPE) e o Diploma Ministerial nº 13/2011, de 20 de julho sistema de qualificações dos docentes Timorenses para a definição dos termos da sua integração no Estatuto da carreira Docente. Estes documentos legais foram fundamentais para situar/justificar a presente pesquisa.

O princípio e o objetivo fundamentais dessas leis constituem em promover o mecanismo de formação e avaliação do desempenho dos docentes a fim de garantir a qualidade do sistema de educação e ensino, consagrando os princípios do mérito e da qualificação, assegurada o reconhecimento da experiência adquirida ao longo dos tempos e, garante que todo o docente que exerceu funções anteriormente à entrada em vigor do presente estatuto terá acesso à formação e qualificação para o desempenho das funções de elevada responsabilidade que são chamados a exercer: educar e ensinar as crianças de Timor-Leste, preparando o futuro da nação (TIMOR LESTE, 2010, p. 4451). Para obter a qualidade da educação, o governo criou o programa da formação de docentes, formação inicial, formação acadêmica e formação contínua. Essa formação visa a um conjunto de capacidade, Metodologia do ensino, língua portuguesa, conhecimento técnico-científico e ética profissional.

No capítulo III, foram citados os principais fundamentos teóricos sobre a ética como um pressuposto para a formação docente. Analisaram-se alguns estudos de Platão e Aristóteles, os quais entendem que a ética depende das suas culturas, valores, crenças e religião.

Ética é uma atividade do pensamento que reflete acerca dos comportamentos humanos ou teoria que estuda sobre os comportamentos para melhorar a vida no futuro. Segundo Platão, ética se entende como ordem/justa proporção que consiste em equilibrar elementos diversos que desembocam no mesmo fim.

O princípio da ética na idade média define que não existe a salvação fora de Deus, gerando uma relação entre Deus e homens, como criatura e Criador. Para Tomás de Aquino e Aristóteles a contemplação e o conhecimento são os meios mais adequados para alcançar o fim último - a felicidades.

Já a Ética na modernidade é marcada por extorsão e a opressão do homem pelo próprio homem, isso como resultado da expansão do

sistema capitalista, mas na Idade média a ética centraliza o princípio e o pensamento na visão teocêntrica e, depois se transformou em antropocêntrica na modernidade e na contemporaneidade.

O homem passa a ser visto como um ser livre. Isto é um dos direitos fundamentais. Para garantir tal direito é preciso estabelecer leis, porque os seres humanos têm as suas limitações a cumprir e respeitar este direito em busca da emancipação ou liberdade. Como compreendemos o conceito da emancipação?

O primeiro conceito é o Esclarecimento ou o Iluminismo com base em Kant (2009). Já a visão de Marx sobre emancipação humana é descrito por Ambrosini (2012, p. 378), “a categoria emancipação passa a ter um sentido político-social, na perspectiva de transformação das estruturas da sociedade através da organização social do proletariado” (AMBROSINI, 2012, p. 1). O segundo conceito é o da liberdade, que segundo o autor é “fazer um uso público da sua razão em todos os elementos” (AMBROSINI, 2012, p. 380 apud KANT, 2009, p. 11).

O terceiro conceito é a Moralidade. Para ser livre de qualquer forma de opressão e exploração, é preciso ter a moral. A moral como um elemento mais forte para estabelecer a emancipação ou a liberdade humana. No caso da emancipação, o indivíduo em sua vida privada é determinado por regras, mas em sociedade enquanto cidadão é livre para fazer uso conforme sua razão e entender sua crítica a tudo que for do interesse geral. A autonomia racional do sujeito é a condição de possibilidade para que se estabeleça a moralidade; já a emancipação racional do sujeito dentro de uma coletividade é condição de possibilidade de uma comunidade emancipada.

O quarto conceito é a “autonomia da vontade”. Ela é uma propriedade inata que serve para a emancipação humana. Vê-se como “o princípio da autonomia é, portanto, não escolher se não de modo a que as máximas da escolha estejam incluídas simultaneamente, no querer mesmo, como lei universal” (AMBROSINI, 2012; KANT, 2007).

Assim, a ética é a defesa de um caminho pelo qual se busca a essência reflexiva sobre diferentes comportamentos, em especial o exercício do professor. A formação dos professores baseia-se nos valores morais, culturais, religiosos, as leis, a razão, o sensitivo e também a consciência humana ou o juízo moral como aspecto mais fundamental que se orientam a conduta humana para o bem comum porque cada vez mais muitos professores entendem bem sobre esses valores, mas não os praticam.

No VI e último capítulo, apresentou-se os dados empíricos da pesquisa a respeito das percepções dos gestores e formadores do

INFORDEPE e os formadores dos Distritos que atuam na formação docente sobre a ética profissional docente no Timor-Leste.

Evidencia-se dos dados, uma visão de ética que esteja centrada nos valores morais ou pela prática das virtudes, do caráter, do sensitivo e da razão, levando em conta o cognitivo/emocional. Observa-se também a valorização da didactologia e deontologia, formação no sentido jurídico, democrático e cidadania, formação para ser ético e técnico no desempenho das suas funções e no processo da ação docente (práxis).

Nessa formação, identifica-se uma visão voltada a uma missão, geralmente a de contribuir para a prosperidade, tranquilidade, harmonia em todos os aspectos da humanidade do país, especialmente, em criar as boas condições dos professores, materialmente e espiritualmente e a política no contexto da educação, voltada para a promoção e a progressão das carreiras docentes.

A pesquisa indica, também, que para tornar-se integrante do quadro de carreira docente é necessário os professores buscarem a qualificação no conhecimento técnico e ético, na autonomia racional e moral, como determina o Decreto Lei N^o23/2011, tem quatro competências são Ética Profissional, Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino e Conhecimento técnico- científico. Essa é uma exigência do governo para alcançar o objetivo da educação conforme a Lei de Bases da Educação, o artigo 5^o trata sobre os objetivos fundamentais da educação e, visa, em especial, na alínea a, contribuir para a realização pessoal e comunitária do indivíduo, mediante o plano de desenvolvimento da personalidade e da formação do seu caráter, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores éticos, cívicos, espirituais e estéticos, proporcionando-lhe um desenvolvimento psíquico e físico equilibrado.

No processo formativo foram utilizados materiais didáticos na forma de apostilas ou módulos produzidos no INFORDEPE, por professores timorenses, brasileiros e portugueses. Esses materiais evidenciam o conhecimento da ética profissional constitui uma das capacidades a possuir no âmbito do quadro de competências obrigatórias do pessoal docente. Desse modo, tal ensino deverá fornecer aos formandos, não tanto uma série de teoria ética, mas ajudá-los a desenvolver o raciocínio ético sobre questões profissionais.

Destaca-se como os principais resultados da pesquisa, na ótica dos gestores, dos formadores do INFORDEPE e dos distritos os seguintes elementos:

Os representantes da administração do INFORDEPE indicaram que a contribuição da formação sobre Ética profissional Docente reside

na contribuição para a qualidade de educação e uma vida com base na harmonia, tranquilidade, paz, felicidade e prosperidade.

Os formadores do INFORDEPE apontam para uma visão de Ética Profissional como regra que regula ou orienta a conduta dos professores ou formam a consciência deles para alcançar a qualidade da educação e promover o profissionalismo dos professores no desempenho das suas funções.

Já os seis professores dos Distritos que atuam na formação continuada sobre ética profissional identificaram nos questionários preenchidos apontam para uma visão de que a essa formação pode ajudar para desempenhar a sua formação de ética profissional no sentido de contribuir para o seu distrito, principalmente nas ações de ensino e aprendizagem com o objetivo de melhorar os trabalhos dos professores e dos alunos na convivência diária.

Observa-se, que as respostas trazem uma concepção de ética vinculada a uma ciência da conduta e do conjunto de normas de comportamento e formas de vida por meio das quais o homem tem de realizar o valor do bem em sociedade.

Já no contexto dos desafios e dificuldades em ministrar a temática ética profissional, os docentes dos Distritos situam as seguintes questões: a) o não domínio da própria língua portuguesa por todos os cursistas, b) o conhecimento sobre ética dos seus colegas em formação c) e, o enfrentamento de lidar com questões sociais cotidianas nas práticas, como violência, valores, normas e outros.

Interessante observar que os docentes dos distritos são bastante ricos nas definições respostas de forma em geral, e constatou-se isso ao situar a importância e a contribuição para Timor Leste da oferta de formação sobre ética profissional docente, em duas dimensões: a) o número de docentes formados; b) na contribuição para um país melhor: trabalhar no sentido de que os professores possam ser construtores dos saberes, assente no conceito de justiça social, promovendo a discussão e o respeito às questões de ética, direitos humanos, diversidade e paz.

Após realizar esta pesquisa e os estudos de mestrado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), retorno ao meu país para poder contribuir e trabalhar na formação para os professores no INFORDEPE ou nos Distritos especialmente e, também à formação para os cidadãos em geral. A formação para os cidadãos é preciso cooperar com outras instituições interligadas, governamentais e não governamentais como pilares mais importantes na construção e transformação do sujeito moral e ético, fisicamente e espiritualmente. Essa formação toma como base a razão, o sensitivo, a democracia, a

liberdade, a justiça, os direitos e deveres, entre outras dimensões. A formação dos cidadãos pode ser através das instituições educativas do nível Pré-escolar ao nível superior.

O desenvolvimento da consciência é mais importante para que as pessoas possam agir bem de acordo com os valores-valores universais. Por exemplo, um professor fazer boas ações, não porque ele estava com medo de ser punido, porque estava contra a lei, mas por perceber que algo estava basicamente, prejudicando os outros. Essa consciência é um valor, que deve ser construído intrinsecamente ligado, desenvolvido, mantido e incorporado ao conjunto da vida humana e, portanto, no exercício das atividades como professor .

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins fontes, 2003.
- ADORNO, Theodor W., HORKHEIMER, Max. Conceito de Iluminismo. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max, ADORNO, Theodor W., HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p.89-116. (Os Pensadores)
- AMBROSINI, Tiago Filipe. Educação é Emancipação Humana. Rio Grande do Sul, 2012 **Revista HISTEDBR**_On-line, Campinas, n.47, p.378-39, set. 2012. Disponível em: <<https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/download/.../3431>>. Acesso em 01 out. 2015.
- AMOÊDO, Sebastião. **Ética do trabalho**: Na era da pós-qualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.
- ANDRADE, Jaqueline Alencar. **Ética docente**: Estudo sobre o juízo moral dos professores. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- BARSA PLANETA INTERNACIONAL LTDA. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2001.
- BASSALOBRE, Janete Netto. **Ética, Responsabilidade Social e Formação de Educadores**, São Paulo, 2013.
- BERNARDINO, Bernardo P. **Ética e Ética Jurídica**. Uberlândia: UNITRI, s/a.
- BRASIL. Ajuste complementar ao acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de TimorLeste para implementação do Programa “Qualificação de docentes e Ensino da Língua Portuguesa em Timor-Leste”. Brasília: MEC/Divisão de Atos Internacionais. 2008.
- CABANAS, José Maria Quintana. **Pedagogia moral, el desarrollo moral integral**. Madrid: Dykinson, 1995.
- CAMARGO, M. **Fundamentos de ética geral e profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

CUNHA, Pedro d'Orey. **A relação pedagógica- o princípio do respeito**. Disponível em:

<<https://eclectissimo.wordpress.com/2009/03/31/pedro-d-orey-da-cunha-a-relacao-pedagogica-principio-do-respeito/2009>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

ESTRELA, M. T. Ética e educação profissional dos educadores de infância. **Cadernos de educação de infância**, Lisboa, v.52, p.27-32, 1999.

FELIPE, Sônia T. Igualdade preferencial. Parâmetros da concepção ética de Peter Singer. In: CECÍLIA, Maria; CARVALHO, Maringoni (org.). **O utilitarismo em foco: um encontro com seus proponentes críticos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007, p.167 - 200.

FERREIRA, Manuel. **Educação, Formação e Profissionalização Docente no Brasil e no Timor-Leste**. Goiânia, 2011.

FRANCO, Hilário. Os princípios da ética, da legalidade e da legitimidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. 1991, p.65-67. Disponível em:

<<http://www.institutoconscienciago.com.br/pdf/apostila/1%20-%20ETICA.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

FREIRE, P.; **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry. **O Livro das Religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GIROUX, Henri. **A. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GUSMÃO, Maria Manuela. **Cooperação Bilateral Brasil-Timor-Leste na Profissionalização Docente em Serviço: Perspectivas e Desafios do Século XXI**. Brasília, 2010.

GOMES, José Júlio Pereira. The internationalization of the East Timorese question. **Relações Internacionais** [online]. 2010, n.25 [citado 2015-12-22], pp. 67-89 . Disponível em:

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992010000100007&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1645-9199.

HOFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES** [online]. 2001, v. 21, n. 55, p. 30-41. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

KANT, Immanuel. Resposta à Pergunta: que é Iluminismo? In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2009

KUIAVA Evaldo Antonio, SANGALLI e Idalgo, CARBONARA José Vanderlei. (Orgs.) **Filosofia, Formação Docente e Cidadania**. Editora Unijuí/RS, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LÊNIN, W. **Cahiers philosophiques** Paris: Sociales, 1965.

LUCAS, Lucken Bueno. PASSOS, Marinez Meneghello, ARRUDA Sergio de Melo. Axiologia e o processo de formação inicial de professores de Biologia. In: **Investigações em Ensino de Ciências**. v. 18, n. 3, p. 645-665, 2013. Disponível em: <http://www.if.ufrgs.br/ienci/artigos/Artigo_ID347/v18_n3_a2013.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

LUNARDI, Graziela. **Uma Experiência na Formação de Professores em Timor-Leste: das Condições de Produção aos Sentidos Construídos no Enfoque CTS**. Florianópolis, 2014.

MARQUES, Ramiro. **O livro das virtudes para sempre - ética para professores**. São Paulo: Landy, 2001.

MARX, K. A Questão Judaica. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1964, p. 35-73.

MENEZES, Edmilson. Kant e a Idéia de Educação das Luzes.

Educação e Filosofia, v. 14, n. 27, 2000. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewArticle/737>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

MINAYO, Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MONDIN, Battista. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1980.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa**, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

OLIVEIRA, Avelino; OLIVEIRA, Juliana Damasceno. Educação na Crise da Racionalidade: Reflexões a partir de Horkheimer e Freire. **Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire”** Ano 1, n. 1, Julho/2005. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/paulofreire/novo/br/pdf/34.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2015.

PAVIANI, Jayme. A função pedagógica da ética em Aristóteles. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 110-115, jan./abr. 2012. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/.../7546>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PNUD. **Ukun Rasik A’an**: O caminho a nossa frente. Relatório do Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, 2002, p. 51.

PORTUGAL; TIMOR-LESTE. Memorando de cooperação para o quadriênio de 2007/2010.

PUREZA, José Manuel. **Quem Salvou Timor Leste?** Novas Referências para o Internacionalismo Solidário, Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, 2001. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/164.pdf>. Acesso em 5 de nov. de 2015.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia Antiga**. São Paulo: Loyola, 1994.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Campinas: Papyrus, 1991.

RICOEUR, Paul. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

RUSS, Jacqueline. **A aventura do pensamento europeu**: uma história das idéias ocidentais. Lisboa: Terramar, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. São Paulo: Atlas, 1996.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Ética, Moral e Competência dos Profissionais da Educação**. São Paulo: [s.n.], 2004.

SAVATER, Fernando. Da Ética como método de trabalho. **Revista Nova Escola**. São Paulo: Editora Abril Cultural, jul. 2002.

SCHULZ, Almiro. **Formação Ética para o Exercício da Docência**, Caxias do Sul/RS, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da e FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Ética Prática Educativa e Formação Docente: Quais as Orientações Legais?** [s.l.]: PUCPR, 2009.

SOARES, Nívia Vieira Coutinho, SANTOS, Débora dos. **O Princípio Ético na Formação Docente: Conhecimentos e Práxis**, Alagoas, 2013. Disponível em: <http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/O_PRINCIPIO_ETICO_NA_FORMACAO_DOCENTE_CONHECIMENTOS_E_PRAXIS.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.

THOMAZ, Luís Filipe F. R.. **País dos Belos, Achegas para a compreensão de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Português do Oriente e Fundação Oriente. 2008.

_____. Lei n. 14 de 29 de outubro de 2008. Dispõe sobre as bases da educação. Lex: Jornal da República, Díli, Timor-Leste, Série I, n. 40, p. 2641-2648, 2008.

_____. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste**: promulgada em 20 de maio de 2002. 2002. Disponível em: . Acesso em: 01 nov. 2010.

_____. Decreto-Lei N.º22/9 de Dezembro de 2010, **Lei orgânica do Ministério da Educação**, 2010.

_____. Decreto-Lei N. 23/10, **Estatuto da Carreira Docente**, 9 dez. 2010a.

_____. **Diploma Ministerial N. 13/20 de Julho 2011** . Sistema de Qualificação dos Docentes Timorenses para a definição dos termos da sua Integração no Estatuto da Carreira Docente, 2011.

_____. **Módulo do Curso Intensivo de Ética Profissional**, INFORDEPE, 2011a.

_____. Lei N. 4, de 26 de janeiro de 2011, **Aprova o Estatuto do INFORDEPE**, 2011.

_____. Lei Estatuto da Função Pública, N. 8/2004, de 16 de junho de 2004.

_____. Decreto Lei, N. 43/2007 de 22 de fevereiro de 2007.

VALENCE, Manoel, NGUEVE, Francisco. **A ética e a deontologia na auditoria empresarial.** [s.n.]: Estados Unidos, 2013.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1985.

ANEXOS

ANEXO A – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA DE TRABALHO

Período	Levantamento bibliografia	Qualificação de projeto de pesquisa	Revisão projeto da pesquisa	Levantamento de dados alvo pesquisa/entrevista	Análise dos dados	Escrita e defesa da dissertação
Junho 2014	xxxxxxx					
Julho 2014	xxxxxxx					
Aug. 2014	xxxxxxx					
Set. 2014	xxxxxxx					
Out. 2014		xxxxxxx	xxxxxxx			
Nov 2014			xxxxxxx			
Dez 2014				xxxxxxx		
Jan. 2015				xxxxxxx		
Fev 2015				xxxxxxx		
Mar. 2015					xxxxxx	
Abril 2015					xxxxxx	
Mai 2015					xxxxxx	
Jun. 2015						xxxxxxx
Julho 2015						xxxxxxx
Aug 2015						xxxxxxx
Set 2015						xxxxxxx
Out. 2015						xxxxxxx
Nov. 2015						xxxxxxx
Dez. 2015						xxxxxxx
Jan. 2016						xxxxxxx

Santa Catarina, 07/ outubro/ 2014

Assinatura orientadora



(Prof. Dra. Maria H. L. F. Laffin)

Orientando



(Longuinhos Da Silva)